



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



1

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 035/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 84422/2026

DATA DA REALIZAÇÃO E INÍCIO DA DISPUTA: 19/06/2026 às 08h30

ÓRGÃO: Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu – Paraná

O MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR, com sede na Praça Getúlio Vargas nº 280 - CEP 85851-340 torna público para conhecimento de todos os interessados, que no dia e hora indicados, será realizada licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, que será regido pela Lei Federal N.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e Decreto Municipal 32.398/2024, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital, destinada a **contratação de empresa para prestação de serviço de seguro para os veículos do transporte escolar da Secretaria Municipal de Educação do Município de Foz do Iguaçu, pelo prazo de 12 (doze) meses, nas condições, quantidades e exigências estabelecidas em Edital e seus anexos.**

O valor máximo da presente licitação é de **R\$ 38.480,80 (trinta e oito mil quatrocentos e oitenta reais e oitenta centavos).**

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico Compras.gov.br.

DATA: 19/06/2026

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 08h30

SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>

ENDEREÇOS:

PREGOEIRO: **Juliana Penayo de Melo**, designado(a) pela Portaria nº 83.849 de 12 de fevereiro de 2026, publicada no Diário Oficial do Município de Foz do Iguaçu, edição nº 5409/2026, págs. 29 e 30.

Fone: ☎ (45) 99106-7273 – pregoeirajulianafoz@gmail.com.

UASG 987563/ CNPJ: 76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com ☎ (45) 99106-7273



PREFEITURA
FOZ
Secretaria da Administração
e Recursos Humanos
Cidade que inspira e trabalha





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



2

Horário de expediente: das 08h00 às 17h00.

Praça Getúlio Vargas, nº 280 – Centro - Foz do Iguaçu – PR.

Acesso identificado no link – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

DOS ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL

Integram este Edital, como se nele estivessem transcritos, os anexos abaixo relacionados, dispostos na seguinte ordem:

- Anexo I – Termo de Referência
- Anexo II – Itens da Licitação
- Anexo III – Minuta de Contrato
- Anexo IV – Declaração Anticorrupção
- Anexo V – Modelo de Proposta Comercial
- Anexo VI – Modelo de Convocação de Remanescentes

1. DO OBJETO

1.1 O objeto do presente pregão é a contratação de empresa para prestação de serviço de seguro para os veículos do transporte escolar da Secretaria Municipal de Educação do Município de Foz do Iguaçu, pelo prazo de 12 (doze) meses, nas condições, quantidades e exigências estabelecidas em Edital e seus anexos.

1.2 A especificação técnica dos itens no arquivo PDF a ser baixado juntamente com o arquivo do Edital no Compras.gov.br (RELAÇÃO DE ITENS) geralmente é obtida a partir de aproximações do CATMAT/CATSER, não sendo editável, em alguns casos, pelo órgão promotor do certame. Portanto, sempre que tal especificação não corresponder à descrição do Termo de Referência, prevalecerá a que consta do TR.

1.3 A presente licitação será realizada sob regime de livre concorrência, **NÃO sendo aplicada reserva de cota exclusiva para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)**, conforme justificativa pormenorizada nos itens 2.14 a 2.17 do Termo de Referência (Anexo I), em razão de que as seguradoras com capacidade técnica para atender ao objeto são, em sua maioria, empresas de grande porte, configurando-se hipótese do art. 49, II e III, da Lei Complementar nº 123/2006.

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



3

1.4 Não será concedida margem de preferência para licitantes locais, pelas mesmas razões expostas no item anterior, observado o disposto no Acórdão TCE/PR nº 877/2016.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2 O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Foz do Iguaçu/PR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo segurador (com registro na SUSEP) e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3 Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

2.3.1 Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.2 Estejam impedidas de licitar e contratar com o Município de Foz do Iguaçu/PR, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



4

2.3.3 Tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de Foz do Iguaçu/PR, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

2.3.4 Estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.3.5 Mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, nos termos do art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021;

2.3.6 Encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação.

2.3.7 Constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

2.3.8 Em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

2.4 É vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição.

2.4.1 Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio nesta licitação haja vista que o objeto a ser licitado não possui alta complexidade ou vulto, não havendo a necessidade de reunir várias empresas de responsabilidade compartilhada para o fiel cumprimento contratual. A vedação do regime de consórcio não limitará a competitividade do presente procedimento licitatório.

3. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

3.1 A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



5

3.2 A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o preço unitário do item, observados o quantitativo e/ou a unidade de prestação de serviço do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência (Anexo I).

3.2.1 Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial tributos, encargos sociais, prêmio de seguro, comissão de corretagem e quaisquer outros ônus.

3.3 Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

3.4 O campo 'Descrição Detalhada do Objeto Ofertado' será destinado às informações complementares da proposta, observando-se os prazos e condições constantes no Edital e Termo de Referência (Anexo I).

3.5 A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

3.6 A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

3.7 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, as declarações exigidas pela Lei nº 14.133/2021 e pelo Decreto Municipal nº 32.398/2024, especialmente quanto a: (a) condições de participação; (b) habilitação; (c) cumprimento da legislação trabalhista (não emprego de menor; não emprego em condições degradantes); (d) reserva de cargos para PCD.

3.8 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.9 Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273



PREFEITURA
FOZ

Secretaria da Administração
e Recursos Humanos

Cidade que inspira e trabalha





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



6

3.10 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

3.11 As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

3.11.1 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

3.12 A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

4. DA SESSÃO PÚBLICA

4.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pela Pregoeira, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>

4.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre a Pregoeira e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico ('chat').

4.2.1 Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail pregoeirajulianafoz@gmail.com, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo a Pregoeira registrar o fato no 'chat' e relatar o teor das comunicações.

4.3 Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

4.4 Se ocorrer a desconexão da Pregoeira no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.5 No caso de a desconexão da Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



7

4.6 A Pregoeira poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no 'chat', os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

5. DO INÍCIO DA DISPUTA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa 'aberto', conforme procedimento estabelecido no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

5.2 A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento.

5.3 Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

5.4 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

5.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6 Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

5.7 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

5.7.1 Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

5.7.2 Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

5.7.3 Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

5.8 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear à Administração qualquer alteração.

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



8

5.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10 Durante a 'etapa aberta' da fase de lances, a Pregoeira poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.

5.10.1 Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

5.10.2 A possibilidade de exclusão de lance inexecutável por parte da Pregoeira não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

5.11 Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de 0,25% sobre o valor unitário do item.

6. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

6.1 Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

6.2 Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

6.3 Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados os critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.4 Encerrada a fase de lances, caso a melhor oferta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

6.4.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada melhor classificada, no prazo de 5

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



9

(cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

6.4.2 Não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas ofertas estejam dentro do limite fixado no caput deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

6.5 Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

7. DA NEGOCIAÇÃO

7.1 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

7.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

7.3 Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

8. DO JULGAMENTO

8.1 O critério de julgamento adotado será o de menor preço global, conforme item 10.2 do Termo de Referência.

8.2 Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame previstas no Capítulo 2, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.2.1 SICAF a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021;

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

10

8.2.2 Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>;

8.2.3 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantidos pela CGU.

8.3 Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação, a Pregoeira relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

8.4 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5 Caso conste a existência de 'Ocorrências Impeditivas Indiretas' em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, a Pregoeira deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, 'e', e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

8.6 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.8 Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, a Pregoeira inabilitará a licitante por inaptidão jurídica e relatará o fato à autoridade superior.

8.9 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) Pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício.

8.10 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1 A Pregoeira solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo V do Edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

9.2 O prazo para envio da proposta é de, no máximo, 02 (duas) horas a contar da convocação pelo sistema.

9.2.1 Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pela Pregoeira.

9.2.2 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da proposta/planilha.

9.3 A proposta de preços final deverá ser encaminhada em PDF em campo próprio no sistema eletrônico no portal www.comprasnet.gov.br, devendo conter:

9.3.1 Preço unitário e total dos itens, com até 02 (duas) casas decimais após a vírgula;

9.3.2 Identificação da seguradora, número de registro na SUSEP e ramos em que opera;

9.3.3 Conter as condições de pagamento em conformidade com o Edital, sendo que a não especificação significa que a licitante concorda com os termos do edital;

9.3.4 Prazo de validade da proposta: 90 dias;

9.3.5 E-mail cadastrado para assinatura do contrato.

9.4 Em relação aos serviços a serem fornecidos, a Pregoeira poderá solicitar a apresentação de declaração de coberturas, modelo de apólice ou outros documentos que contenham informações e detalhamentos acerca das especificações técnicas dos serviços ofertados.

9.5 Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pela Pregoeira, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

9.6 A proposta será desclassificada quando:

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

12

9.6.1 As especificações do objeto ofertado estiverem em manifesta desconformidade com as exigências estabelecidas no edital;

9.6.2 Contiver valores simbólicos, irrisórios ou com presunção absoluta de inexecutabilidade, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie, de forma expressa e motivada, à parcela ou à totalidade de remuneração.

9.7 A Pregoeira examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no Edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo I).

9.8 A Pregoeira poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

9.9 Havendo falhas na proposta, a Pregoeira deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis.

9.10 Se houver indícios de inexecutabilidade relativa da proposta, a Pregoeira deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa 73/22 da SEGES/ME.

9.11 Após o Julgamento da Proposta, sendo aceita, a Pregoeira abrirá prazo de no mínimo 10 (dez) minutos, durante o qual qualquer licitante participante do item/grupo poderá, de forma imediata, exclusivamente em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

10.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

10.3 Os documentos exigidos para fins de habilitação que não estejam contemplados no SICAF ou que estejam vencidos deverão ser enviados na forma eletrônica por meio do sítio eletrônico www.gov.br/compras.

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273



PREFEITURA
FOZ
Secretaria da Administração
e Recursos Humanos
Cidade que inspira e trabalha





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

13

10.4 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.5 Para fins de habilitação jurídica, a Pregoeira verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como 'objeto social' no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

10.6 A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

10.6.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;

10.6.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.6.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.6.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.6.6 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.6.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.7 A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** consistirá em:

10.7.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

10.7.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (RFB e PGFN);

10.7.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

14

10.7.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT);

10.7.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.7.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

10.7.7 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

10.7.8 Certidão Negativa de Débitos Municipal de Foz do Iguaçu/PR.

10.8 A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá em:

10.8.1 Certidão comprobatória de registro na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que habilite a licitante nos ramos atinentes ao objeto desta contratação, com validade para o presente exercício;

10.8.2 Carta da SUSEP atestando a regularidade da licitante para operar no mercado segurador brasileiro no ramo de veículos;

10.8.3 Cópia do título de habilitação profissional emitido pela SUSEP do Corretor de seguros indicado pela Licitante, quando houver;

10.8.4 Atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de seguro de veículos, equivalente em prazo de 12 (doze) meses e quantidade de 16 veículos do objeto a ser contratado;

10.8.5 Será admitida a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante para fins de comprovação de quantitativo mínimo;

10.8.6 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.9 A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

10.9.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

15

10.9.2 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ou de sociedade simples;

10.9.3 Nos termos da IN nº 03 de 26 de abril de 2018, para as empresas cadastradas no SICAF, as quais estejam com as Certidões inseridas no sistema, quando não constar a data de validade na referida Certidão o prazo de validade será de 1(um) ano.

10.9.4 No Estado do Paraná, é adotado o Provimento nº 294/2020 do TJ/PR, cujas Certidões de Falência e Concordata não possuem prazo de validade, na forma do art. 96, § 5º do Código de Normas da E. Corregedoria -Geral da Justiça do Estado do Paraná e o QR Code constante nas Certidões são meramente para fins de autenticação, não confundindo-se com a validade da Certidão em si.

10.9.5 Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente.

10.10 Declaração Anticorrupção, conforme Anexo IV. Não se constitui em documento da habilitação e poderá ser solicitado em diligência. Recomenda-se enviar junto com a proposta de preços ajustada após lance final.

10.11 O prazo para envio dos documentos de habilitação, na hipótese do item 10.3, é de, no máximo, 02 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema.

10.11.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, mediante solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo.

10.11.2 Em caso de não envio dos documentos no prazo indicado, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.12 Encerrado o prazo para envio dos documentos de habilitação, a Pregoeira, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de novos documentos de habilitação ou documentação complementar, mediante decisão fundamentada.

10.13 Para fins de verificação das condições de habilitação, a Pregoeira poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

10.14 Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

16

10.15 As microempresas ou empresas de pequeno porte, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sendo assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação.

10.16 O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos, ressalvado o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

11. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

11.1 Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

11.2 Constatado que a licitante detentora da melhor proposta válida atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

12. DO RECURSO

12.1 Declarada a vencedora, a Pregoeira abrirá prazo de 10 (dez) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata, exclusivamente em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

12.2 A ausência do registro de intenção de recurso, no prazo estabelecido no item anterior, implica a preclusão da oportunidade de interposição de recurso.

12.3 Registrada a intenção de recurso, a licitante deverá apresentar as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

12.4 Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

12.5 Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

17

12.6 O recurso regularmente interposto será endereçado à Pregoeira, nos termos do §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

12.7 A Pregoeira poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso.

12.8 O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 O objeto deste Pregão será adjudicado e homologado pela Autoridade Competente.

14. DA ASSINATURA DO CONTRATO

14.1 Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

14.1.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

14.2 Somente será permitida a assinatura eletrônica do contrato, na forma prevista pelo Decreto Municipal nº 28.900/2021.

14.2.1 O responsável pela assinatura do Contrato deverá estar cadastrado no sistema (SID), do município de Foz do Iguaçu, no link: <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/PORTALSERVIDOR/Usuario/Registrar>

14.2.2 O Município enviará o contrato para assinatura da licitante no e-mail previamente cadastrado pela empresa, que deverá devolvê-lo assinado no prazo previsto no item 14.1.

14.2.3 As dúvidas acerca das questões atinentes à assinatura do Contrato devem ser dirimidas no setor de Contratos da Diretoria de Licitações e Contratos, telefone: (45) 2105-1400.

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

18

14.3 Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do contrato no prazo estabelecido, será facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

14.4 A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar o contrato ensejará a aplicação das penalidades previstas neste edital e seus anexos.

14.5 Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á, por meio do SICAF e de outros meios, se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

15. DA CONVOCAÇÃO DE REMANESCENTES

15.1 Em caso de recusa ou impossibilidade do licitante vencedor em assinar o contrato ou executar o objeto, a Administração poderá convocar, eletronicamente, observada a ordem de classificação, todos os licitantes remanescentes para que manifestem interesse na celebração do contrato nas mesmas condições propostas pelo licitante vencedor.

15.2 O prazo para manifestação de interesse será de 48 horas contadas do envio da convocação eletrônica, sendo considerada como negativa de interesse a ausência de resposta. Excepcionalmente o prazo poderá ser reduzido para 24 horas.

15.3 No caso de propostas iguais, a ordem de classificação do certame definirá o desempate.

15.4 A Administração poderá negociar com o proponente da melhor oferta com vistas à obtenção de menor preço.

15.5 Somente será analisada a documentação de habilitação da melhor proposta.

16. DA FISCALIZAÇÃO

16.1 Caberá aos gestores designados pela autoridade competente do Município de Foz do Iguaçu promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento do contrato.

16.2 São designados Gestor e Fiscal do Contrato, conforme item 8.17 do Termo de Referência:

16.2.1 Gestora do Contrato: Magda Corrêa Moraes - Professora de educação infantil III - SMED;

16.2.2 Fiscal do Contrato: Danielle Neves Vieira Rodrigues - Professora Educação Infantil Nível I - SMED.

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

19

16.3 A licitante contratada deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá-la sempre que for necessário.

17. DA NOTA DE EMPENHO

17.1 Durante a vigência do contrato, o MUNICÍPIO poderá convocar a contratada para retirada da Nota de Empenho, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

17.2 Por ocasião da emissão da nota de empenho, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a contratada mantém as condições de habilitação.

17.3 A nota de empenho vincula-se aos termos do edital do Pregão Eletrônico Nº 035/2026, constante do Processo nº 84422/2026, do contrato e da proposta vencedora.

17.4 A contratada obriga-se a fornecer o objeto licitado nas condições estabelecidas no edital e contrato, independentemente de sua transcrição na nota de empenho.

17.5 A nota de empenho da despesa terá força de contrato, conforme prevê o art. 95, II, da Lei nº 14.133/2021.

18. DO PAGAMENTO

18.1 O pagamento será feito por intermédio de depósito em conta bancária da contratada no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da liquidação da despesa, na forma do art. 318 e ss. do Decreto Municipal nº 32.398/2024, não sendo, em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos e o pagamento de fornecimentos não executados ou executados de forma incompleta.

18.2 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Foz do Iguaçu/PR e serão atendidas pelas seguintes dotações orçamentárias:

- a) 12.003.12.361.0310.2.185.3.3.90.39.00.00 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - Fonte 1.104
- b) 12.003.12.365.0310.2.184.3.3.90.39.00.00 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - Fonte 1.104

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

20

18.3 O processo de pagamento a fornecedores e prestadores de serviço será instruído, no mínimo, pela nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, acompanhada da nota de empenho, da ordem de fornecimento, bem como do termo de recebimento definitivo do objeto, emitido previamente pelo gestor, nos termos do art. 325 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

18.4 As Notas Fiscais (NF-e) serão protocoladas digitalmente, por meio do link <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/PortalEmpresarial/>, na aba 'PROTOCOLO DIGITAL'.

18.5 Deverá a contratada apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade fiscal e trabalhista, bem como o relatório de sinistros do período, quando aplicável.

18.6 No ato do pagamento, o CONTRATANTE efetuará a retenção na fonte do Imposto de Renda, com base no Decreto Municipal nº 31.634/2023 e na Instrução Normativa RFB nº 2.145/23.

18.7 As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da contratada.

18.8 Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal apresentada ou em caso de descumprimento de obrigações pertinentes, o prazo do item 18.1 poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

18.9 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo MUNICÍPIO entre o término do prazo do item 18.1 e a data do efetivo pagamento são calculados pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde $I = 0,00016438$ (taxa de 6% a.a. dividida por 365).

18.10 Deve incidir sobre o valor faturado cláusula de atualização monetária baseada no IPCA, INPC ou IGP-DI, proporcional aos dias em atraso, adotando o índice mais favorável à Administração.

18.11 A contratada deverá providenciar seu cadastro junto ao Município de forma antecipada no sistema <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/portalempresarial/aberturaprocesso/protocolo>

19. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 A recusa injustificada da adjudicatária e/ou do fornecedor em assinar o contrato ou retirar a respectiva nota de empenho no prazo estabelecido neste Edital caracterizará o descumprimento total do compromisso assumido e a sujeitará à multa

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

21

de 20% (vinte por cento) sobre o valor total, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

19.2 As licitantes subsequentes na hipótese de aceitarem as convocações previstas no item 15 e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, ficarão sujeitas às sanções referidas no Capítulo IX do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

19.3 Caso a licitante e/ou contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório, ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 32.398/2024.

19.4 Sem prejuízo das sanções previstas, os atos lesivos à Administração Pública previstos no art. 5º, IV, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei, podendo a autoridade competente aplicar multa punitiva entre 0,5% e 30% do valor total da nota de empenho e determinar a rescisão unilateral.

19.5 O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará a contratada à multa de mora, aplicada nos seguintes percentuais sobre o valor da parcela adimplida com atraso:

- a) 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;
- b) 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, do 2º ao 15º dia;
- c) 0,25% por dia de atraso, do 16º ao 30º dia.

19.6 Ocorrendo alguma das hipóteses previstas neste edital, a nota de empenho e o próprio Contrato poderão, a qualquer tempo, ser cancelados, sem prejuízo das demais sanções.

19.7 A multa, aplicada após regular processo administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela contratada ou, em último caso, cobrada judicialmente.

19.8 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

20.1 Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão.

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273



PREFEITURA
FOZ
Secretaria da Administração
e Recursos Humanos

Cidade que inspira e trabalha





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

22

mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico pregoeirajulianafoz@gmail.com.

20.2 Compete à Pregoeira, auxiliada pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

20.3 A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

20.4 Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

20.5 Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados à Pregoeira até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico pregoeirajulianafoz@gmail.com.

20.6 A Pregoeira, auxiliada pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

20.7 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico Compras.gov.br e no Portal da Transparência do Município de Foz do Iguaçu/PR para os interessados.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

21.2 Os atos normativos do Município de Foz do Iguaçu/PR referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico <https://www5.pmfi.pr.gov.br/>

21.3 É facultado à Pregoeira, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

21.4 No julgamento das propostas e na fase de habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

23
sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos.

21.5 As decisões da Pregoeira durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

21.6 A aplicação dos normativos expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, e está sendo adotada a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

21.7 As limitações operacionais porventura existentes no Sistema Eletrônico Compras.gov.br decorrentes de imposições normativas restritas ao âmbito do SISG não vinculam ao Município de Foz do Iguaçu/PR.

21.8 Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pela Pregoeira.

22. DO FORO

22.1 Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Comarca de Foz do Iguaçu/PR, com exclusão de qualquer outro.

Foz do Iguaçu, de de 2026.

Datado e assinado digitalmente

Joyce Mara Santos da Paz Silveira
Secretária Municipal de Educação

Fabio dos Reis Ferreira

Secretário Municipal da Administração e Recursos Humanos Interino

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Secretaria requisitante: Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu.

1.2. **Definição do objeto:** Contratação imediata de empresa para prestação de serviço de seguro total para os veículos (16) do transporte escolar da Secretaria Municipal da Educação, de acordo com as condições e especificações do Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade	QTDE	VALOR UNIT ANUAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	Seguro de cobertura Responsabilidade Civil Obrigatória - RCO - vigente contra terceiros, passageiros ou não, por danos físicos e materiais, para veículo do transporte escolar da Secretaria Municipal da Educação por período de 12 meses, APP e DMHO, riscos derivados da circulação do veículo segurado e cobertura completa do casco para veículos com capacidade igual ou superior a 11 passageiros, conforme especificações do termo de referência.	Serviço	16	R\$ 2.405,05	R\$ 38.480,80 (trinta e oito mil quatrocentos e oitenta reais e oitenta centavos)

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme art. 31, §1º do Decreto Municipal nº 32.398, de 28 de março de 2024.

1.4. Os itens acima não se enquadram como bens de luxo.

1.5. Os descritivos do item acima, em respeito ao art. 19, II da NLLC foram retirados do Catálogo de compras.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contados da formalização de Contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite máximo de 10 (dez) anos nos termos do Art. 107 e 108 da lei 14.133/2021.

1.7. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.8. O contrato de prestação de serviços terá início após a conclusão do presente processo licitatório e assinatura do contrato.

1.9. A presente licitação será realizada sob regime de livre concorrência, não sendo aplicada reserva de cota para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

25

1.10. Ademais, conforme destacado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná no Acórdão nº 877/2016, a margem de preferência local prevista no artigo 47 da Lei Complementar nº 123/2006 somente poderá ser aplicada quando preenchidas cumulativamente determinadas condições, entre elas a de que se trate de licitação diferenciada, isto é, procedimentos cujo valor não ultrapasse R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ou a parte referente à cota de até 25% do objeto a ser contratado.

1.11. Assim, mesmo que o valor estimado da licitação seja inferior a R\$ 80.000,00, a Administração deve ampliar a participação para entidades de grande e médio porte, se a exclusiva participação de micro e pequenas empresas contiver risco de prejuízo à satisfatória execução do conjunto ou complexo do objeto. Basta a previsibilidade do prejuízo, não se exigindo certeza sobre a sua real dimensão, até porque esta somente seria passível de apuração ao final da execução do contrato, ou seja, quando o dano já estivesse consumado e pudesse ser avaliado em toda a sua extensão, o que, evidentemente, não teria sentido nenhum em termos de proteção ao erário e ao interesse público.

1.12. Ocorre que as seguradoras que participam de procedimento licitatório e são capazes de prestar o serviço de que precisa o Município são, em sua avassaladora maioria, empresas de maior porte. Dessa forma, corre-se grave risco, caso a licitação seja exclusiva, de que o pregão fracasse ou reste deserto, em vista de que não se viabilizaria a ampla competitividade para a prestação do serviço de natureza específica e por esses motivos, motivadamente afasta-se a exclusividade do procedimento licitatório, permitindo-se a ampla concorrência entre licitantes, neste específico caso conforme o justificado.

1.13. Tendo como base o princípio da continuidade dos serviços públicos, segundo o qual a Administração Pública executa suas atribuições essenciais e/ou necessárias aos administrados, entende-se que a contratação dos serviços objeto deste é primordial para a cobertura de riscos contra o patrimônio público, para a manutenção do Termo de Cessão de Uso do veículo e a continuidade dos serviços prestados aos estudantes que necessitam deste para frequentar regularmente às aulas.

1.14. Considerando o Mapa Estratégico de Fornecedores emitido através do Portal Banco de Preços(em anexo), a Lei 14.133/2021, Acórdão nº 877/2016 do TCE-PR e artigo 47 da Lei Complementar nº 123/2006, se pondera a cerca de cota ou margem de preferência e exclusividade para ME/EPP:

1.15. O art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 estabelece que a Administração Pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). O valor estimado do presente certame (R\$ 38.480,80) encontra-se, numericamente, dentro do limiar que, em regra, obrigaria a exclusividade para ME e EPP.

1.16. Contudo, o próprio art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006 expressamente ressalva que as regras de tratamento diferenciado **não se aplicam** quando:

"não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório", ou quando "a contratação for inviável ou não for vantajosa para a Administração".

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

26

1.17. Mais relevante, a jurisprudência do TCE-PR, consolidada no Acórdão nº 877/2016, reconhece que a exclusividade para ME/EPP pode ser afastada quando houver risco previsível de prejuízo à satisfatória execução do objeto, dispensando-se a certeza sobre sua real dimensão.

1.18. O serviço de seguro veicular é atividade privativa de seguradoras devidamente autorizadas e supervisionadas pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), nos termos do Decreto-Lei nº 73/1966. Tal exigência decorre da necessidade de capacidade técnica-atuarial e financeira para suportar os riscos assumidos, inclusive com obrigatoriedade de resseguro.

1.19. O Mapa Estratégico de Fornecedores (Banco de Preços, gerado em 14/05/2026, produto CATMAT 30127 – Seguro Automotivo), em anexa, demonstra objetivamente que, dentre os 5 fornecedores vencedores em licitações públicas no período de 14/05/2024 a 14/05/2026, todos são empresas de médio ou grande porte.

1.20. Embora o relatório aponte 11 fornecedores classificados como microempresas, a análise qualitativa evidencia que nenhuma delas figurou como vencedora em qualquer certame público no período analisado, indicando que, na prática, não possuem condições de competir de forma efetiva neste segmento regulado.

1.21. O TCE-PR, no Acórdão nº 877/2016, firmou entendimento no sentido de que:

- a) A exclusividade para ME/EPP somente é obrigatória quando não houver risco previsível de prejuízo à execução satisfatória do objeto;
- b) Basta a **previsibilidade do prejuízo**, não se exigindo certeza sobre sua real dimensão;
- c) A Administração deve ampliar a participação para empresas de maior porte quando o objeto demandar capacidade técnica e financeira que as ME/EPP tipicamente não possuem;
- d) A adoção da exclusividade em segmento dominado por grandes empresas tende a tornar o certame **deserto ou fracassado**, em prejuízo do interesse público.

1.22. No caso concreto, tratar-se de serviço de seguro de transporte escolar para 16 ônibus, com cobertura de Responsabilidade Civil Obrigatória (RCO), Acidentes Pessoais de Passageiros (APP), DMHO e casco, com limites de garantia de até R\$ 500.000,00 por evento. As seguradoras devem, ainda, manter capacidade operacional 24 horas por dia, 7 dias por semana, ressegurar os riscos assumidos e cumprir prazos rigorosos de atendimento em caso de sinistro. Essas exigências são incompatíveis com a capacidade operacional da esmagadora maioria das ME/EPP atuantes no mercado.

1.23. O art. 26, §1º, da Lei nº 14.133/2021 reforça que as contratações públicas devem observar os princípios da eficiência, economicidade e competitividade. A restrição do certame exclusivamente a ME/EPP, no presente objeto, comprometeria tais princípios, pois:

- a) Não há comprovação de que existam, **local ou regionalmente**, ao menos 3 ME/EPP capazes e autorizadas pela SUSEP para prestar o serviço nas condições exigidas;
- b) O histórico de licitações analisado no Mapa Estratégico confirma que as ME/EPP participantes **não venceram nenhuma licitação** para este objeto no período de dois anos;

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273

PREFEITURA
FOZ
Secretaria da Administração
e Recursos Humanos
Cidade que inspira e trabalha





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

27

- c) A imposição de exclusividade criaria risco concreto de fracasso ou de desert do pregão, com prejuízo à **continuidade do serviço de transporte escolar**, direito constitucionalmente assegurado às crianças e adolescentes (art. 227 da CF/88) e dever do Município (art. 11, VI, da LDB).

1.24. O art. 47 da Lei Complementar nº 123/2006 autoriza a concessão de margem de preferência nas contratações públicas para ME e EPP sediadas local ou regionalmente, nas hipóteses de **licitações diferenciadas**, assim compreendidas:

- a) Licitações exclusivas (objeto até R\$ 80.000,00 – art. 48, I); e
b) Licitações com cota reservada de até 25% do objeto (art. 48, III).

1.25. O Acórdão nº 877/2016 do TCE-PR é explícito ao assentar que a margem de preferência local somente pode ser aplicada quando a licitação for de caráter diferenciado, ou seja, quando se tratar de procedimento destinado exclusiva ou parcialmente a ME/EPP. Tratando-se de certame de ampla concorrência, a margem de preferência local é inaplicável, pois inexistente o pressuposto normativo que a autoriza.

1.26. Como demonstrado acima, o presente certame não comporta licitação exclusiva nem reserva de cota para ME/EPP, em razão da natureza regulada do serviço e da ausência de fornecedores locais habilitados pela SUSEP com capacidade técnica e financeira comprovada para executar o objeto. Consequentemente:

- a) Não sendo a licitação de caráter diferenciado, falta o pressuposto jurídico para aplicação da margem de preferência local;
b) A imposição artificial de preferência a fornecedores locais, sem que haja fornecedor local com autorização SUSEP ativa e capacidade de assumir os riscos do contrato, violaria os princípios da isonomia, competitividade e vantajosidade (art. 5º da Lei 14.133/2021);
c) O Mapa Estratégico de Fornecedores demonstra que nenhum dos 26 participantes identificados é sediado em Foz do Iguaçu ou região do oeste paranaense, o que corrobora a ausência de mercado local estruturado para esta atividade regulada.

1.27. Conclui-se que:

- a) Embora o valor estimado da contratação (R\$ 38.480,80) seja inferior ao limite de R\$ 80.000,00, **não se aplica a exclusividade para ME/EPP**, com fundamento no art. 49, II, da Lei Complementar nº 123/2006 e no Acórdão nº 877/2016 do TCE-PR, pois o serviço de seguro veicular é atividade regulada e privativa de seguradoras autorizadas pela SUSEP, mercado composto majoritariamente por empresas de médio e grande porte, sendo previsível o risco de fracasso ou desertamento do certame em caso de exclusividade, com direto prejuízo à continuidade do transporte escolar e à proteção do patrimônio público;
b) **Não se aplica reserva de cota de 25%** pelo mesmo fundamento: a natureza do objeto não admite divisão ou subcontratação a ME/EPP sem comprometimento da unicidade da apólice e da capacidade de resseguro exigida;
c) **Não se aplica a margem de preferência local**, pois, nos termos do Acórdão nº 877/2016 do TCE-PR e do art. 47 da Lei Complementar nº 123/2006, tal benefício é condicionado à existência de licitação diferenciada, pressuposto

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

28

que não se verifica no presente certame, que será realizado em regime de **ampla concorrência**;

- d) A adoção da ampla concorrência atende plenamente aos princípios da **eficiência, economicidade, competitividade e continuidade do serviço público** (arts. 5º e 11 da Lei 14.133/2021), garantindo a maior participação possível de seguradoras habilitadas e, conseqüentemente, a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Municipal.

1.28. Dessa forma, não será aplicada cota ou margem de preferência no presente certame.

1.29. Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 91, inciso II, do Decreto Municipal nº 32.398/2024, registra-se que a presente contratação encontra-se devidamente alinhada ao Plano de Contratações Anual – PCA do exercício de 2026.

1.30. A demanda está alinhada aos objetivos estratégicos desta Secretaria, em consonância com o Planejamento Estratégico institucional, cobrindo para o cumprimento das ações e metas estabelecidas, encontrando-se identificadas sobre o DFD nº 4695/2026, regularmente cadastrada no Sistema Gov Plan, mesmo apresentando erro quanto ao número de veículos a ser segurado (anexo comprovante da previsão de demanda no PCA/2026).

1.31. Ademais, pelo quantitativo contido no PCA atualmente publicado diferir do quantitativo do número de veículos a serem segurados, foi solicitado através de Memorando Interno Nº 26807/2026, enviado ao Gabinete do Prefeito a alteração do PCA para refletir a quantidade exata de veículos, com as devidas justificativas, sendo esta solicitação aprovada através de Memorando Interno Nº 28220/2026, encaminhado para esta secretaria como ciência e para a Duta Diretoria de Licitações e Contratos para as devidas providências, além de Memorando Interno nº 32261/2026 encaminhado pela Diretoria de Licitações e Contratos informando os ajustes e retificações do PCA realizadas até a corrente data, documentos que seguem em anexo.

1.32. O serviço de seguro veicular está expressamente previstos no PCA 2026 do Município, o qual foi regularmente publicado e encontra-se disponível para consulta pública tanto no Portal da Transparência Municipal quanto no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos seguintes endereços eletrônicos:

- <https://transparencia.foz.pr.gov.br/portaltransparencia/1/publicacoes/36/8248>
- <https://pncp.gov.br/app/pca/76206606000140/2026>

1.33. A previsão do referido item no PCA evidencia que a demanda foi adequadamente planejada, consolidada e incorporada ao planejamento anual das contratações, em consonância com as prioridades institucionais da Secretaria Municipal da Educação e com os objetivos estratégicos da Administração Municipal, mesmo apresentando erro quanto ao número de veículos a ser segurado.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação se justifica pela necessidade de fornecimento do serviço de transporte escolar público, e para tal, imperiosa a regularidade de documentação dos

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273



PREFEITURA
FOZ
Secretaria da Administração
e Recursos Humanos
Cidade que inspira e trabalha





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

29

veículos que servem de apoio para o traslado de rotina e oferta regular do referido serviço, sendo este de competência da Secretaria Municipal da Educação.

2.2. Em vista composição da frota municipal do transporte escolar contar com 16 ônibus, é necessária a contratação de seguro dos veículos, tanto para proteger o patrimônio municipal quanto para adequar os veículos as normas de trânsito como são exigidas pelos órgãos de fiscalização, pois sem o seguro, os ônibus não têm a regular autorizar para transportar as crianças, e assim, o seguro deve ser contratado para que o serviço possa ser regularmente prestado.

2.3. A terceirização, nesse contexto, constitui o meio mais adequado para alcançar os resultados esperados, por promover maior eficiência operacional, continuidade e regularidade do atendimento, bem como por atender aos princípios da economicidade e da eficiência, assegurando padrão elevado de qualidade na prestação do serviço e, conseqüentemente, na satisfação do interesse público.

2.4. Deve ser observado que o texto constitucional prevê, por meio de seu artigo 227, que é dever da Administração a garantia à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, um rol de direitos fundamentais a eles atinente, sendo que destes podem ser destacados os direitos à educação e à profissionalização.

2.5. Complementarmente, lembra-se que a Constituição também tipifica o direito ao transporte como um direito social, que deve ser aprimorado, resguardado e tutelado pela Administração. A Constituição Federal de 1988 assegura ao aluno da escola pública o direito ao transporte escolar, como forma de facilitar seu acesso à educação.

2.6. A Lei nº 9.394/96, mais conhecida como LDB, também prevê o direito do aluno no uso do transporte escolar, mediante a obrigação de estado e municípios, conforme transcrição abaixo: Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

2.7. Importantíssimas normas infraconstitucionais também explicitam a necessidade do transporte escolar. Em seu art. 54, o Estatuto da Criança e do Adolescente determina obrigação à Administração de fornecer ensino obrigatório e gratuito, especialmente a educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, devendo garantir tal oferta também com programas suplementares de material didático, saúde, alimentação e transporte escolar.

2.8. Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases prevê que:

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.

2.9. No Estado do Paraná, têm direito ao transporte escolar público os alunos da Educação Básica, da zona rural e urbana, matriculados na rede pública de ensino, que residam a uma distância igual ou superior a 2.000 m (2 km) das escolas em que estão matriculados - escolas estas sugerida pelo georreferenciamento.

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

30

2.10. Ainda, deverá ser ofertado também o transporte para alunos com deficiência temporária ou permanente de locomoção, decorrente de alguma deficiência física, sensorial ou mental; ausência de acessibilidade arquitetônica ao longo do trajeto e presença de barreiras impeditivas ao exercício do direito de ir e vir com independência e autonomia; quando no trajeto percorrido há obstáculos físicos, como rodovias, ferrovias, rios, fundos de vale ou outros, que obrigam o aluno a utilizar trajeto alternativo mais longo ou quando há fatores objetivos de risco que podem colocar o aluno em condições inseguras, sendo mencionada área com trânsito intenso; ausência de acesso em cruzamentos com grande tráfego; trajeto em área com alto índice de criminalidade e outras situações a serem analisadas conforme o caso concreto.

2.11. O Município de Foz do Iguaçu oferta competente transporte escolar aos munícipes, sendo que além de possuir veículos próprios e motoristas lotados na Secretaria Municipal da Educação, também possui contrato de serviços necessários para a locomoção dos alunos que residem distantes das escolas, seja em área rural ou urbana, conforme preceitua a legislação atinente à matéria, haja vista que a falta do aluno acarreta inúmeros prejuízos pedagógicos, que para evitá-los o poder público oferece o transporte aos que se enquadram nos preceitos legais atinentes ao assunto.

2.12. Dessa maneira, a fim de que sejam protegidos o patrimônio municipal, bem como a fim de que os veículos tenham a devida documentação e autorização pelos órgãos de fiscalização de trânsito e as crianças possam ser transportadas, não há solução outra senão a contratação do seguro que é obrigatoriamente exigido. Em suma, a presente contratação é motivada pela necessidade de atender as normas e garantir a cobertura de Seguro de Acidentes Pessoais e de Passageiros (APP) e Despesas Médicas e Hospitalares e Odontológicas (DMHO), para frota de veículos do Transporte Escolar de propriedade desde município, cujos veículos circulam assiduamente em estradas rurais e urbanas, propenso a sinistro.

2.13. A Secretaria Municipal da Educação adquirirá seguro para os veículos a serem utilizados para transporte escolar, não sendo contratado seguro para quaisquer outros veículos. No momento, seis veículos municipais não dispõem de seguro, e dessa forma, tem-se premente necessidade de regularização imediata da documentação, a fim de que sejam atendidas as exigências dos órgãos de fiscalização de trânsito e o transporte escolar possa ser normalmente prestado.

2.14. Por fim, analisa-se que existem algumas proteções que a lei oferece às micro e pequenas empresas, entre elas, a licitação exclusiva para ME e EPP. A legislação determina que quando o objeto do edital tiver valor até R\$ 80.000,00 a licitação deve ser exclusiva, porém, a lei também apresenta exceções.

2.15. A Lei Complementar nº 123/06 tem por incompatível com o interesse público a exclusividade de participação de entidades de menor porte, em licitação cujo valor estimado não supere R\$ 80.000,00, sempre que a Administração verifique o risco de prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto a ser contratado. Compreende-se a ressalva. As pequenas e microempresas não contam, em equivalência às empresas de grande e médio porte, com estruturas e capacidade técnica para atender a determinadas demandas.

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

31

2.16. Assim, mesmo que o valor estimado da licitação seja inferior a R\$ 80.000,00, a Administração deve ampliar a participação para entidades de grande e médio porte, se a exclusiva participação de micro e pequenas empresas contiver risco de prejuízo à satisfatória execução do conjunto ou complexo do objeto. Basta a previsibilidade do prejuízo, não se exigindo certeza sobre a sua real dimensão, até porque esta somente seria passível de apuração ao final da execução do contrato, ou seja, quando o dano já estivesse consumado e pudesse ser avaliado em toda a sua extensão, o que, evidentemente, não teria sentido nenhum em termos de proteção ao erário e ao interesse público.

2.17. Dessa maneira, ocorre que as seguradoras que participam de procedimento licitatório e são capazes de prestar o serviço de que precisa o Município são, em sua avassaladora maioria, empresas de maior porte. Dessa forma, corre se grave risco, caso a licitação seja exclusiva, de que o pregão fracasse ou reste deserto, em vista de que não se viabilizaria a ampla competitividade para a prestação do serviço de natureza específica e por esses motivos, motivadamente afasta-se a exclusividade do procedimento licitatório, permitindo-se a ampla concorrência entre licitantes, neste específico caso conforme o justificado.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A educação é direito de todos e dever do Estado, conforme preconiza o art. 205 da Constituição Federal. Para garantir esse direito, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996) estabelece a necessidade de um padrão mínimo de qualidade no ensino.

3.2. A Constituição Federal de 1988 assegura ao aluno da escola pública o direito ao transporte escolar, como forma de facilitar seu acesso à educação. A Lei nº 9.394/96, mais conhecida como LDB, também prevê o direito do aluno no uso do transporte escolar, mediante a obrigação de estado e municípios, conforme transcrição abaixo:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: ...

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

3.3. Com o acréscimo da Lei nº 10.709/2003, a LDB passou a vigorar com o seguinte texto:

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de: ...

VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31/7/2003).

Art. 11. Os municípios incumbir-se-ão de: ...

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

32

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal (incluído pela Lei nº 10.709, de 31/7/2003).

3.4. A Lei nº 10.709 foi instituída com o escopo de alterar a Lei nº 9.394/96, incluindo nos artigos 10 e 11 os incisos VII e VI para determinar competência aos estados e municípios em garantir o transporte para os alunos de suas respectivas redes de ensino. Vale destacar que o artigo 3º desta lei possui um dispositivo de suma importância para negociações entre os estados e municípios, de forma a prestar um atendimento de qualidade a todos os alunos que precisam do transporte para ter garantido o seu direito à educação.

Art. 3º Cabe aos estados articular-se com os respectivos municípios, para prover o disposto nesta lei da forma que melhor atenda aos interesses dos alunos.

3.5. Importantíssimas normas infraconstitucionais também explicitam a necessidade do transporte escolar. Em seu art. 54, o Estatuto da Criança e do Adolescente determina obrigação à Administração de fornecer ensino obrigatório e gratuito, especialmente nos anos iniciais escolares, devendo garantir tal oferta também com programas suplementares de material didático, saúde, alimentação e transporte escolar.

3.6. No Estado do Paraná, conforme definido na RESOLUÇÃO N.º 777/2013 - GS/SEED

Art. 3.º Têm direito ao transporte escolar público os alunos da Educação Básica, da zona rural e urbana, matriculados na Rede Estadual da Educação e que residam a uma distância igual ou superior a 2.000 m (02 quilômetros) das escolas em que estão matriculados.

Art. 4.º Excetuam-se do critério referido no Art. 3.º, os seguintes casos:

- a) alunos com deficiência temporária ou permanente de locomoção, decorrente de alguma deficiência física, sensorial ou mental;
- b) ausência de acessibilidade arquitetônica ao longo do trajeto e presença de barreiras impeditivas ao exercício do direito de ir e vir com independência e autonomia;
- c) quando no trajeto percorrido há obstáculos físicos, como rodovias, ferrovias, rios, fundos de vale ou outros que obrigam o aluno a utilizar trajeto alternativo mais longo;
- d) quando há fatores objetivos de risco que podem colocar o aluno em condições inseguras.

3.7. Na Lei nº 9.503/97 – CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

Art. 24. Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos municípios, no âmbito de sua circunscrição:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

33

II - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;

3.8. A Lei nº 10.880/04, institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE:

Art. 2º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE, no âmbito do MEC, a ser executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com o objetivo de oferecer transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, observadas as disposições desta Lei (redação dada pela Lei nº 11.947, de 2009).

3.9. Na Resolução do FNDE nº 12/2011, define as responsabilidades quanto do transporte escolar:

Art. 2º O PNATE consiste na transferência, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios, de recursos financeiros destinados a custear a oferta de transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, com o objetivo de garantir o acesso à educação.

3.10. A Lei Nº 9.503, de 23 de Setembro De 1997, prevê requisitos de segurança em veículos de transporte escolar:

Art. 136 Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto:

I - registro como veículo de passageiros;

II - inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

3.11. A Administração em sua atuação deve observar a legislação de trânsito relativa a “Condução de Escolares”, contida nos artigos 136 a 139 da Lei Federal nº 9.503/97, especialmente no que se refere à “inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança”, sob pena de responsabilização pessoal do servidor público – cível, administrativa e criminal -, em caso de incidente envolvendo o transporte escolar por meio de veículo desprovido da referida inspeção veicular, seja este transporte realizado por veículos próprios ou de terceiros

3.12. A necessidade de vistorias semestrais e o cumprimento das normas de segurança, vinculando a operação do serviço à manutenção de seguros que resguardem a integridade dos estudantes, e sua observância é expressamente ordenada no art. 9º da Resolução nº 2206/2012 da própria SEED.

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

34

3.13. A presente demanda busca atender a uma necessidade permanente e recorrente da rede de ensino, indispensável ao atendimento do serviço de transporte escolar do município, observando os princípios da eficiência, continuidade do serviço público e economicidade, previstos na Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021

3.14. Considerando a natureza de serviço comum do objeto que será adquirido e como forma de assegurar a ampla competição entre os inúmeros fornecedores disponíveis no mercado, entendemos que a contratação deva se dar através de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico com o critério de julgamento de MENOR PREÇO GLOBAL, que atende aos preceitos de economicidade e transparência dispostos na Lei 14.133/2021.

3.15. Pode-se observar que as aquisições deste tipo de objeto são feitas costumeiramente por meio de contratações semelhantes a que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais e normativas.

3.16. No que diz respeito a entrega das apólices securitárias, estas deverão ocorrer em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato e envio do empenho para o e-mail do fornecedor indicado em sua proposta comercial, ocorrendo divergência nas coberturas contratadas, o licitante deverá providenciar endosso de correção ou substituição em até 48 (quarenta e oito) horas após notificação do setor responsável.

3.17. A prestação de serviço de seguro para os veículos do transporte escolar da Secretaria Municipal da Educação, deve prover assistência a eventuais sinistros, guincho, troca de vidros: retrovisores, para brisas, vidros laterais, bem como reposição de veículo com perda total, a fim de que sejam regularizados os veículos para transporte escolar.

3.18. Coberturas mínimas, conforme Resolução CNSP Nº 397 de 11 de dezembro de 2020 e Contrato 106/2022:

- a) Danos Corporais e/ou Materiais causados a Passageiros, com limite máximo de garantia de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil de reais);
- b) Responsabilidade Civil para Danos Materiais causados a Terceiros não Transportados, com limite máximo de garantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- c) Responsabilidade Civil para Danos Corporais causados a Terceiros não Transportados, com limite máximo de garantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- d) Acidentes Pessoais para Tripulantes (Condutor, Cobrador, Funcionário e/ou Guia Turístico), com número de 01 (um) tripulante: limite máximo de garantia de R\$30.000,00 (trinta mil reais) no caso de morte acidental; limite máximo de garantia de R\$30.000,00 (trinta mil reais) para invalidez permanente e limite máximo de garantia de R\$30.000,00 (trinta mil reais) para DMHO (despesas médico hospitalares e odontológicas);
- e) Acidentes Pessoais para Passageiros (APP), por passageiro: limite máximo de garantia de R\$30.000,00 (trinta mil reais) no caso de morte acidental, limite máximo de garantia de R\$30.000,00 (trinta mil reais) no caso de invalidez

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273



PREFEITURA
FOZ
Secretaria da Administração
e Recursos Humanos

Cidade que inspira e trabalha





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

35

permanente e limite máximo de garantia de R\$30.000,00 (trinta mil reais) para DMHO (despesas médico hospitalares e odontológicas);

f) A contratada deverá prestar serviços de assistência 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, para veículos, passageiros e motoristas

g) A contratada deverá possuir uma representação (corretor de seguros) 24 (vinte e quatro) horas por dia disponível para, em casos de sinistros ou eventuais serviços, prestar apoio/atendimento exclusivo à SECRETARIA CONTRATANTE, durante todo o período de vigência contratual.

3.19. O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pela CONTRATANTE, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

- a) Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros.
- b) Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento.
- c) Raios e suas conseqüências.
- d) Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.
- e) Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo.
- f) Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado, ex: em veículo cegonha.
- g) Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo.

g.1) Em casos de que trata o item acima, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica perda de bônus para o segurado.

- h) Granizo.
- i) Danos causados durante o tempo em que, como conseqüência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros.
- j) Quebra de para brisas, total ou parcial, faróis e/ou lanternas, retrovisores, obedecendo ao disposto nos itens 9.7.1.b e 9.7.1.c.
- k) Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Pessoais).
- l) Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica;
- m) Cobertura adicional de assistência 24 (vinte e quatro) horas, com os seguintes serviços mínimos:
 - i. Chaveiro;
 - ii. Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pela CONTRATANTE, sem limite de quilometragem;
 - iii. Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado; e
 - iv. Transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273

PREFEITURA
FOZ
Secretaria da Administração
e Recursos Humanos
Cidade que inspira e trabalha





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

36

- 3.20. Veículos dentro do prazo de garantia do fabricante, no caso de sinistro de perda parcial, pane elétrica e/ou mecânica deverão ser removidos para concessionárias autorizadas de acordo com o fabricante e quando necessário consertado com peças genuínas.
- 3.21. Veículos fora do prazo de garantia do fabricante, no caso de sinistro de perda parcial, pane elétrica e/ou mecânica deverão ser removidos para concessionárias autorizadas de acordo com o fabricante ou oficinas autorizadas e quando necessário consertados preferencialmente com peças genuínas ou com peças originais homologadas pelo fabricante do veículo.
- 3.22. No caso de sinistro de indenização integral, o preço pago deverá ser tomado como base em 100% do valor da tabela FIPE vigente na data da ocorrência sinistro e a indenização ao segurado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 3.23. A CONTRATADA deverá ainda oferecer coberturas para acidentes pessoais aos ocupantes do veículo para morte e/ou invalidez total ou permanente.
- 3.24. Oferecer cobertura completa de vidros laterais, para-brisa, vidro traseiro, retrovisores externos, faróis e lanternas
- 3.25. Quanto a vigência do contrato, este será pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite máximo de 10 (dez) anos nos termos do Art. 107 e 108 da lei 14.133/2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O procedimento resultará na formalização de ASSINATURA DE CONTRATO, com validade de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite máximo de 10 (dez) anos nos termos dos Art. 107 e 108 da lei 14.133/2021.

4.2. Em caso de divergência entre imagem, CATMAT e especificações técnicas, prevalecem as informações textuais das especificações do Termo de Referência.

4.3. Cobertura de Seguro Veicular para todos os veículos da frota do transporte escolar da Secretaria Municipal de Educação do Município de Foz do Iguaçu, incluindo ônibus e micro-ônibus, com cobertura para responsabilidade civil obrigatória (RCF-V), acidentes pessoais de passageiros (APP), danos materiais e corporais a terceiros e proteção do patrimônio público.

4.4. Coberturas mínimas:

- Danos Corporais e/ou Materiais causados a Passageiros, com limite máximo de garantia de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
- Responsabilidade Civil para Danos Materiais causados a Terceiros não Transportados, com limite máximo de garantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- Responsabilidade Civil para Danos Corporais causados a Terceiros não Transportados, com limite máximo de garantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- Acidentes Pessoais para Tripulantes (Condutor, Cobrador, Funcionário e/ou Guia Turístico), com número de 01 (um) tripulante;

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273



PREFEITURA
FOZ
Secretaria da Administração
e Recursos Humanos
Cidade que inspira e trabalha





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

37

limite máximo de garantia de R\$30.000,00 (trinta mil reais) no caso de morte accidental; limite máximo de garantia de R\$30.000,00 (trinta mil reais) para invalidez permanente e limite máximo de garantia de R\$30.000,00 (trinta mil reais) para DMHO (despesas médico hospitalares e odontológicas);

- e) Acidentes Pessoais para Passageiros (APP), por passageiro: limite máximo de garantia de R\$30.000,00 (trinta mil reais) no caso de morte accidental, limite máximo de garantia de R\$30.000,00 (trinta mil reais) no caso de invalidez permanente e limite máximo de garantia de R\$30.000,00 (trinta mil reais) para DMHO (despesas médico hospitalares e odontológicas);
- f) A contratada deverá prestar serviços de assistência 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, para veículos, passageiros e motoristas
- g) A contratada deverá possuir uma representação (corretor de seguros) 24 (vinte e quatro) horas por dia disponível para, em casos de sinistros ou eventuais serviços, prestar apoio/atendimento exclusivo à SECRETARIA CONTRATANTE, durante todo o período de vigência contratual.

4.5. A contratada será a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à perfeita execução do objeto contratual.

4.6. A contratada deverá promover, por conta própria, a cobertura, através de resseguro, dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução dos serviços objeto deste.

4.7. A contratada deverá assinar o contrato e manter, durante a sua vigência, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a perfeita execução do objeto deste.

4.8. A contratada deverá garantir a vigência ininterrupta das apólices individuais por veículo pelo período contratual.

Cabe a contratada pagar as indenizações no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da entrega de toda a documentação completa exigida.

4.9. É de responsabilidade da contratada cumprir os prazos máximos para atendimento de reboque (03 horas) e vistoria (05 dias úteis).

4.10. Prestar todos os esclarecimentos e informações solicitados pela Contratante, é dever da contratada.

4.11. A seguradora deve manter durante toda a vigência do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

38

4.12. A contratada deve aceitar o endosso de inclusão imediata dos veículos, conforme a estratégia de transição da Contratante, não alegando impedimento à cobertura integral.

4.13. A seguradora deverá colocar à disposição do contratante, 24 horas por dia, durante 07 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro. A central poderá funcionar por e-mail, telefone ou serviço on-line, com acessibilidade em todo o território nacional, da mesma forma deverá disponibilizar igualmente a assistência técnica, incluindo nesta sem custo adicional para o município serviços de chaveiro, socorro mecânico, inclusive em casos de pane elétrica, transporte de passageiros do veículo e/ou hospedagem e guincho para até 500 km em caso de pane ou sinistro.

4.14. A apólice não poderá exigir perfil do motorista que irá conduzir o veículo.

4.15. A apólice deverá ter início de vigência em 14/05/2026, imediatamente após o término da cobertura vigente, garantindo a continuidade da proteção securitária dos veículos da frota do transporte escolar da Secretaria Municipal da Educação, sem solução de continuidade.

4.16. Na ocorrência de sinistro, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado. Havendo a necessidade de remoção, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de até 01 (um) dia após o aviso do sinistro.

4.17. A CONTRATADA deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, assim como as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do mesmo, e as indenizações ou prestações de serviço correspondentes a cada uma das coberturas do seguro, conforme abaixo:

- a. Roubo ou Furto, bem como os danos causados pela tentativa desses;
- b. Colisão com o veículo, pessoas ou animais, abalroamento ou capotagem;
- c. Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiro;
- d. Queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo;
- e. Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;
- f. Submersão total ou parcial em água doce, proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
- g. Granizo, furacão, terremotos e enchentes;
- h. Desabamento de árvores, pontes e edificações;
- i. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, esteve em poder de terceiros

4.18. Veículos dentro do prazo de garantia do fabricante, no caso de sinistro de perda parcial, pane elétrica e/ou mecânica deverão ser removidos para concessionárias autorizadas de acordo com o fabricante e quando necessário consertado com peças genuínas.

4.19. Veículos fora do prazo de garantia do fabricante, no caso de sinistro de perda parcial, pane elétrica e/ou mecânica deverão ser removidos para concessionárias autorizadas.

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273



FOZ
Secretaria da Administração
e Recursos Humanos
Cidade que inspira e trabalha





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

39

de acordo com o fabricante ou oficinas autorizadas e quando necessário consertados preferencialmente com peças genuínas ou com peças originais homologadas pelo fabricante do veículo.

4.20. Em caso de sinistro de perda parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo Município de Foz do Iguaçu, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo, o valor da franquia não poderá ser superior a 10% do valor da tabela FIPE do veículo no momento da emissão da apólice securitária.

4.21. No caso de sinistro de indenização integral, o preço pago deverá ser tomado como base em 100% do valor da tabela FIPE vigente na data da ocorrência sinistro e a indenização ao segurado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

4.22. A CONTRATADA deverá ainda oferecer coberturas para acidentes pessoais aos ocupantes do veículo para morte e/ou invalidez total ou permanente.

4.23. Oferecer cobertura completa de vidros laterais, pára-brisa, vidro traseiro, retrovisores externos, faróis e lanternas.

Sustentabilidade

4.24. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.25. Em atendimento ao Decreto N° 7.746, de 05 de junho de 2012, a contratada deverá considerar, preferencialmente, os critérios e práticas sustentáveis abaixo listadas:

- a) Ter substituído suas apólices de papel enviadas aos segurados por um kit totalmente digital;
- b) Disponibilizar cartão eletrônico ao invés de emitir os antigos cartões de PVC que demoram décadas para se decompor;
- c) Possuir oficinas credenciadas que realizem o descarte sustentável e responsável de peças e resíduos.

4.26. Deverá ainda observar os critérios de sustentabilidade ambiental, tendo por fundamento, a Constituição Federal, a Lei N° 14.133/2021, compromissos internacionais assumidos pelo Estado Brasileiro e outras legislações pertinentes, particularmente a Lei Federal n° 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima, e a Lei Federal n° 12.305, de 02 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.27. Cumprir no que couber, as exigências do inciso XI, Art. 7° da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS.

4.28. Cumprir no que couber, as exigências do Art. 6° da Instrução Normativa MPOG N° 1 de 19 de janeiro de 2010, que estabelece as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços.

4.29. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.30. Manter os materiais a serem utilizados constituídos, quando cabível, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT;

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

40

4.31. Instruir seus empregados, durante toda permanência contratual, a adotarem praticas de redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.32. Instruir seus empregados, durante toda permanência contratual, e evitar a utilização de materiais descartáveis (como copos de plástico, canudos, etc) e na impossibilidade adotar medidas adequadas para o perfeito descarte dos referidos materiais, e

4.33. Caso se decida por apólice em papel, o indicado é pelo papel branco, de manejo sustentável, formato A4 (297 x 210 mm), livre de cloro elementar, de acordo com a IN SLTI/MPOG n. 10/2012, confeccionado em material alcalino BRANCO, tolerância mais ou menos 2 mm, de acordo com a NBR 216:2012, superfície lisa e massa homogênea, espessura uniforme, fibras no sentido longitudinal, baixo índice de deformação devido ao calor. Deverá conter coloração BRANCA. O papel utilizado deverá ter certificação Cerflor, em conformidade com a norma ABNT NBR 14790:2014, ou FSC no padrão FSC-STD-40004 V2-1, que deverá ser apresentada como forma de comprovação da conformidade Item CATMAT sustentável: 461756 - Descrição: papel para impressão formatado, tipo: reciclado, tamanho: 297 x 210 mm, gramatura: 75 g,m2, cor: natural.

Habilitação Jurídica:

4.34. Qualquer documento que comprove sua existência jurídica, conforme artigo 66 da Lei Federal nº 14.133/2021, como, por exemplo:

- Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor (o consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

4.35. Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Habilitação Fiscal e Trabalhista:

- Habilitação Fiscal, Social E Trabalhista
- Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo o domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- Regularidade perante a Fazenda Federal; Regularidade perante a Fazenda Estadual;
- Regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao Município da sede do licitante;
- Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273



PREFEITURA
FOZ
Secretaria da Administração
e Recursos Humanos
Cidade que inspira e trabalha





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

41

- g) Regularidade perante a Justiça do Trabalho (certidão negativa de débitos trabalhistas);
- h) Certidão Negativa de Débitos Municipal;
- 4.36. Todos os documentos neste tópico mencionados deverão ser apresentados na forma na prevista na Lei 14.133/2021, essencialmente em seu artigo 68, ou naquelas legislações por ela referenciadas.

Declarações Complementares:

- a) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- b) Inexiste quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública do município de Foz do Iguaçu ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021).
- c) A contratada deverá apresentar Certidão comprobatória de registro na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que a habilite nos ramos atinentes ao objeto desta contratação, com validade para o presente exercício, bem como deverão conter, na apólice, descritivo das normas gerais estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
- 4.37. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.

Garantia da contratação

- 4.38. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021, pelas razões abaixo justificadas:
- 4.39. Se tratar de prestação de serviço comum de seguro veicular.

Vistoria

- 4.40. As licitantes interessadas poderão vistoriar os veículos a serem segurados. A vistoria deverá ser marcada previamente por intermédio do telefone (45) 3308-2020, na sede da Secretaria Municipal da Educação do Município de Foz do Iguaçu. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.41. O prazo para a marcação deverá ser de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas da data da vistoria e só deverá acontecer até a data anterior à de abertura do certame.
- 4.42. Não realizada a vistoria ou não obedecidos os prazos previstos para a sua marcação ou realização, considerar-se-á que todos os concorrentes aceitaram as condições em que se encontram os veículos.

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

42

4.43. O fato de a seguradora deixar de realizar a vistoria ora prevista não motiva o descumprimento das obrigações pertinentes ao objeto, inclusive quanto à cobertura de equipamentos e de acessórios.

4.44. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando o documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: O prazo para a emissão da Apólice será 48 (quarenta e oito) horas após a assinatura do Contrato;

5.1.2. Local e horário da prestação de serviço: Av. Juscelino Kubitschek, 3287 - Vila Paraguaia, Foz do Iguaçu - PR. Devendo a entrega ser agendada pelo e-mail: escolardpge@gmail.com, para dúvidas deve ser contatado o (45) 3308-2020.

5.2. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.2.1. Em caso de interesse de renovação na prestação dos serviços, prorrogação de prazo contratual, por parte da contratante, a empresa contratada, tem prazo de 05 dias úteis para responder a esse pleito, podendo ser demandada a partir de 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento da apólice, mediante consulta formal da contratante.

5.2.2. No caso de desinteresse de renovação do contrato, prorrogação contratual, a contratada deve se manifestar formalmente, independente de solicitação da contratante em um prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias antes do vencimento da apólice.

5.3. O procedimento resultará na formalização de contrato, com validade de 12 (doze) meses, na forma dos artigos 107 e 108 da Lei nº 14.133/2021.

5.4. Em caso de divergência entre imagem, CATMAT e especificações técnicas, prevalecem as informações textuais das especificações do termo de referência.

5.5. Em conformidade com o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021, o contrato poderá ser alterado, nas mesmas condições contratuais, para incluir acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado.

5.6. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos art. 107 e 108 da Lei 14.133/2021.

6. DAS OBRIGAÇÕES

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. São obrigações do Contratante:
- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações
 - pelo Contratado;
 - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
 - Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
 - Cientificar o órgão de representação judicial da autoridade competente para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período, nos termos do Art.49 da Lei 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.2. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:
- 6.3. Fornecer serviços de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência. Emitir e entregar a apólice de seguro automotivo com todas as coberturas especificadas, no prazo máximo de 48 horas após o recebimento da Nota de Empenho;
- 6.4. Estar em regularidade fiscal com os tributos federais, previdenciários e FGTS, sendo permitida a verificação da situação jurídica, fiscal e econômico-financeira por meio de cadastramento e habilitação no SICAF, nos termos do Decreto nº 3.722/01, alterado pelo Decreto nº 4.485/02, e da IN SLTI/MPOG nº 2/10;;
- 6.5. Acatar aos questionamentos efetuados pela fiscalização de forma tempestuosa a fim de dirimir quaisquer dúvidas ou questionamentos que possam surgir;

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

44

- 6.6. Respeitar prazos e períodos de validade de apólice e outros constantes do contrato;
- 6.7. Acatar as regulamentações dos órgãos regulamentadores como: Código Civil (Lei nº 10.406/2002), Art. 757 a 802 – Regulamenta os contratos de seguro, estabelecendo direitos e obrigações das partes. Resolução CNSP nº 407/2021 – Define regras gerais para seguros de danos, incluindo seguros de automóveis, Circular SUSEP nº 587/2019 – Regulamenta a estrutura e cláusulas gerais dos seguros de veículos, Circular SUSEP nº 667/2022 – Dispõe sobre a operação dos seguros de responsabilidade civil facultativa para veículos.
- 6.8. Garantir a vigência das coberturas pelo prazo contratual de 12 (doze) meses, prorrogáveis conforme a legislação;
- 6.9. Encaminhar, junto à nota fiscal, os documentos necessários para fins de cobertura e ativação dos serviços previstos na apólice

7. DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 7.1. Na execução do objeto, devem ser observados os ditames da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) – LGPD, notadamente os relativos às medidas de segurança e controle para proteção dos dados pessoais a que tiver acesso mercê da relação jurídica estabelecida, mediante adoção de boas práticas e de mecanismos eficazes que evitem acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados.
- 7.2. A contratada obriga-se a dar conhecimentos formais a seus prepostos, empregados ou colaboradores das disposições relacionadas à proteção de dados e a informações sigilosas, na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD), da Resolução/CNJ 363/2021 e da Lei 12.527/2011.
- 7.3. Obriga-se também a comunicar à Administração, em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do instante do conhecimento, a ocorrência de acessos não autorizados a dados pessoais, de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou de qualquer outra forma de tratamento inadequado, suspeito ou ilícito, sem prejuízo das medidas previstas no art. 48 da Lei 13.709/2018 (LGPD).
- 7.4. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com os princípios e as hipóteses previstas nos arts. 6º, 7º e 11 da Lei 13.709/2018 (LGPD), limitado ao estritamente necessário à consecução do objeto, na forma deste instrumento e seus anexos.
- 7.5. Para os fins de publicidade e transparência ativa sobre as contratações da Seccional, adota-se o entendimento do Parecer n. 00295/2020/CONJUR-CGU/CGU/AGU, segundo o qual tratamento de dados na contratação de Micro Empreendedor Individual (MEI) contempla a divulgação de nome da pessoa física e do CPF, por serem dados que compõem, obrigatoriamente, a identificação empresarial.

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

45

- 7.6. É vedado, na execução do ajuste, revelar, copiar, transmitir, reproduzir, transportar ou utilizar dados pessoais ou informações sigilosas a que tiver acesso: prepostos, empregados ou colaboradores direta ou indiretamente envolvidos na realização de serviços, produção ou fornecimento de bens. Para tanto, devem ser observados as medidas e os procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação da Lei 13.709/2018 (LGPD) e do parágrafo único do art. 26 da Lei 12.527/2011.
- 7.7. Em razão do vínculo mantido, na hipótese de dano patrimonial, moral, individual ou coletivo decorrente de violação à legislação de proteção de dados pessoais ou de indevido acesso a informações sigilosas ou transmissão destas por qualquer meio, a responsabilização dar-se-á na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD) e da Lei 12.527/2011.
- 7.8. Extinto o ajuste ou alcançado o objeto que encerre tratamento de dados, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no art. 16 da Lei 13.709/2018 (LGPD).

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.1. Independentemente de haver instrumento contratual, as exigências da e as necessidades da contratação deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com o disposto neste Termo de Referência, as cláusulas avençadas em contrato (se for o caso) e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial do objeto.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

46

8.6. No caso de haver instrumento contratual, a sua execução deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato designado pela autoridade competente, ou pelos respectivos substitutos. No caso de não haver designação de fiscal de contrato ou na ausência de instrumento contratual, o servidor responsável por acompanhar o recebimento do material ou de serviço deverá acompanhar a plenitude de sua execução.

8.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

8.8. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto na legislação municipal, em especial o Decreto Municipal nº 32.398/2024.

8.9. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme as competências definidas na legislação municipal.

- a) O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- b) Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- c) O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- d) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- e) O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- f) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.10. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme as competências definidas na legislação municipal.

- a) Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

47

8.11. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

- a) O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, conforme as competências definidas na legislação municipal.
- b) O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- c) O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atestado de cumprimento de obrigações.
- d) O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

8.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8.15. O contratado poderá ou não manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.16. Gestor e fiscal do contrato:

Gestor de Contrato	Magda Corrêa Moraes
Fiscal de Contrato	Danielle Neves Vieira Rodrigues

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

48

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Do Recebimento

9.1. O recebimento do objeto contratado ocorrerá da seguinte forma, na hipótese de fornecimento de bens:

- a) **provisoriamente**, de forma sumária, pelo fiscal do contrato, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- b) **definitivamente**, pelo fiscal e gestor designados pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo deverão ser definidos no instrumento convocatório e/ou no contrato.

9.2. No termo detalhado deverá conter no mínimo as seguintes informações: data e horário do recebimento e/ou da execução dos serviços, quem realizou a entrega, como foi entregue o produto ou prestado o serviço, marca ou modelo, número de série, número do termo do contrato e/ou da nota de empenho, prazo de execução e prazo de vigência do contrato.

9.3. Sempre que possível, o termo detalhado deverá ser apresentado com fotografias e demais documentos pertinentes.

9.4. A Comissão será designada por no mínimo dois servidores, um deles obrigatoriamente sendo o fiscal do contrato, para os casos de contratações de fornecimento que ultrapassem 10 (dez) vezes o valor no inciso I do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou para os casos de contratações de serviços que ultrapassem 10 (dez) vezes o valor no inciso II do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.5. O objeto do contrato deverá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

9.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada endosso dos 16 veículos, com verificação de vigência, coberturas, franquias, assistência 24 horas, regularidade saneadora e início efetivo da cobertura, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

9.8. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única conferência das apólices ou endossos dos 16 veículos com

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

49

verificação de vigência, coberturas, franquias, assistência 24 horas, regularidade da seguradora e início efetivo da cobertura até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.9. A depender da previsão contratual, não poderá acontecer o recebimento parcial do objeto.

9.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única conferência das apólices ou endossos dos 16 veículos, com verificação de vigência, coberturas, franquias, assistência 24 horas, regularidade da seguradora e início efetivo da cobertura até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.11. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

9.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.14. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e conseqüente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

9.15. Emitir-se-á o documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

9.16. Realizar-se-á a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

9.17. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.18. Comunicar-se-á a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.19. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e posteriormente para a Seção de Pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273



PREFEITURA
FOZ
Secretaria da Administração
e Recursos Humanos
Cidade que inspira e trabalha





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



50

9.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

9.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis, nos termos do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

9.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite atualizado de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, **reiniciando-se o prazo** após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

9.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.28. A Administração deverá realizar consulta ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

51

9.29. Constatando-se, junto ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.31. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

• **Prazo de Pagamento**

9.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

9.34. Na hipótese de estado de calamidade, caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

9.35. No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

9.36. Após o prazo para pagamento e não tendo ocorrido, deve incidir sobre o valor faturado cláusula de atualização monetária baseada na média aritmética simples do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), proporcional aos dias em atraso, adotando o índice mais favorável à Administração.

• **Forma de pagamento**

9.37. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.38. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273



PREFEITURA
FOZ
Secretaria da Administração
e Recursos Humanos
Cidade que inspira e trabalha





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

9.39. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

a) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.40. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Do Critério de Reajuste/Repactuação

9.41. O reajuste será realizado de ofício pelo gestor do contrato, formalizado mediante apostila pela Gerência de Apoio a Licitações do Departamento de Compras e Licitações.

9.42. O índice de reajuste será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em caso de descontinuidade ou substituição do índice adotado, as partes definirão de comum acordo um novo índice oficial, assegurando a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato

9.43. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento e não poderão alterar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

9.44. A omissão da contratada quanto ao seu direito de pleitear o reajuste, não será aceita como justificativa para o pedido de correção anual de preço com efeito retroativo à data a que legalmente faria jus, se não o fizer dentro do primeiro mês do aniversário deste instrumento, arcando esta, portanto, por sua própria inércia.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção dos seguintes critérios de julgamento:

10.2. O critério de julgamento da proposta será o de MENOR PREÇO GLOBAL.

10.3. O critério de aceitabilidade de preços será o valor total global da contratação.

10.4. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

10.5. O serviço de seguro veicular é uma atividade regulada e privativa de seguradoras autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), submetida a normas técnicas e tarifárias nacionais uniformes. As coberturas contratadas — Responsabilidade Civil Obrigatória (RCO), Acidentes Pessoais de Passageiros (APP), Despesas Médicas,

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273

PREFEITURA
FOZ
Secretaria da Administração
e Recursos Humanos
Cidade que inspira e trabalha





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

53

Hospitais e Odontológicas (DMHO), além da cobertura completa do casco —, com limites mínimos de garantia estabelecidos em conformidade com a Resolução CNSP nº 397/2020.

10.6. Dada a padronização das coberturas e a regulação estatal do setor securitário, o diferencial competitivo entre as propostas reside objetivamente no preço global ofertado, tornando o critério de Menor Preço Global o mais adequado para identificar a proposta mais vantajosa para a Administração

10.7. O objeto compreende a cobertura securitária de 16 (dezesesseis) veículos do transporte escolar da Secretaria Municipal da Educação. A contratação em lote único, com julgamento pelo valor total global, justifica-se pelos seguintes motivos técnicos e operacionais:

a) Gestão unificada da apólice: a contratação de um único fornecedor para todos os veículos permite padronização das coberturas, facilita a fiscalização contratual pelo gestor e fiscal designados, e garante a uniformidade no atendimento de sinistros, evitando conflitos de competência entre seguradoras distintas.

b) Economicidade: a negociação conjunta de todos os veículos amplia o poder de barganha da Administração, possibilitando que as seguradoras ofereçam condições mais competitivas do que em contratações individualizadas ou parceladas.

c) Continuidade do serviço público: a frota compõe um sistema único de transporte escolar. A fragmentação do objeto implicaria risco de lacunas de cobertura, especialmente em situações de renovação ou substituição de veículos, comprometendo a continuidade e a regularidade do serviço.

d) Eficiência administrativa: a gestão de um único contrato reduz a carga burocrática relacionada à emissão de empenhos, controle de apólices, acompanhamento de vigências e pagamentos, em observância ao princípio da eficiência previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal.

10.8. O mercado de seguros de veículos de transporte coletivo é composto majoritariamente por empresas de médio e grande porte, habilitadas e supervisionadas pela SUSEP. Essas empresas possuem estrutura técnica e financeira consolidada para absorver os riscos de uma frota de 16 veículos escolares, operando com precificação baseada em dados atuariais e nas características técnicas dos veículos segurados.

10.9. Nesse contexto, a competição entre os licitantes ocorre primordialmente no âmbito do preço, uma vez que as coberturas mínimas são estabelecidas em norma e as exigências de qualidade estão prefixadas neste documento. Assim, o critério de Menor Preço Global revela-se o mais eficiente para identificar a proposta genuinamente mais vantajosa para o erário.

10.10. Os critérios de julgamento por Técnica e Preço ou por Melhor Técnica, previstos nos incisos II e III do art. 33 da Lei nº 14.133/2021, destinam-se a contratações em que a qualidade técnica da proposta é elemento diferenciador relevante para a Administração, como ocorre em serviços de natureza intelectual, projetos de engenharia de alta complexidade ou inovação tecnológica.

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273



PREFEITURA
FOZ
Secretaria da Administração
e Recursos Humanos
Cidade que inspira e trabalha





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

54

10.11. No caso em tela, o serviço de seguro veicular é de natureza estritamente regulada, com coberturas padronizadas por norma infralegal da SUSEP e devidamente especificadas neste documento. Não há, portanto, espaço técnico-jurídico para a diferenciação qualitativa entre propostas, o que tornaria desnecessária — e juridicamente inadequada — a aplicação de critérios que envolvam avaliação técnica subjetiva.

10.12. A adoção do critério de Menor Preço Global atende, de forma plena, aos princípios que regem os procedimentos licitatórios, notadamente:

I. Economicidade (art. 11, inciso III, da Lei nº 14.133/2021): a seleção da proposta de menor preço global assegura a contratação pelo menor custo possível ao erário, desde que atendidas as especificações técnicas mínimas estabelecidas no Termo de Referência.

II. Isonomia e competitividade (art. 5º da Lei nº 14.133/2021): o critério de menor preço é o mais objetivo e impessoal dos critérios de julgamento, por proporcionar igualdade de condições entre todos os licitantes habilitados e evitar subjetivismos na avaliação das propostas.

III. Eficiência (art. 37, caput, da Constituição Federal): a escolha do melhor preço para um objeto de qualidade predeterminada concretiza o dever de gerir os recursos públicos com máxima eficiência.

IV. Transparência (art. 5º da Lei nº 14.133/2021): o julgamento objetivo pelo menor preço global reduz a discricionariedade administrativa e facilita o controle social e institucional do procedimento licitatório.

10.13. Diante do exposto, resta amplamente justificada, tanto do ponto de vista técnico quanto legal, a adoção do critério de julgamento de Menor Preço Global para o presente procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico.

Exigências de habilitação

10.14. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- a) Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
- SICAF;
 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
 - Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;
 - Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (Cadin).

Habilitação jurídica

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

55

10.15. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Micro empreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.16. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.17. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.18. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.19. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.20. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.21. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

10.22. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtora rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

56

- 10.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 10.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.
- 10.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.16.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.16.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 10.17. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ou de sociedade simples;

Qualificação Técnica

- 10.23. A proposta técnica apresentada à Comissão de Licitação deverá ser elaborada com base na legislação em vigor específica para o objeto da licitação e demais informações abaixo:
- 10.23.1. Ser uma instituição conforme a regulamentação da Superintendência de Seguros Privados/SUSEP;
- 10.23.2. Possuir registro na Superintendência de Seguros Privado/SUSEP;
- 10.23.3. Cópia do título de habilitação profissional emitido pela SUSEP SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS do Corretor de seguros indicado pela Licitante no documento do item.
- 10.23.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 10.24. Apresentar atestado(s) ou declaração (ões) de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a licitante executou ou está executando seguro de veículos, em prazo de 12 (doze) meses;
- 10.24.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 10.24.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273

PREFEITURA
FOZ
Secretaria da Administração
e Recursos Humanos
Cidade que inspira e trabalha





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

57

contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.25. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.26. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que está domiciliado na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971

10.26.1. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.26.2. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.26.3. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.26.4. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.26.5. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembléia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembléia; d) editais de convocação das três últimas assembléias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembléias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

10.26.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 38.480,80 (trinta e oito mil quatrocentos e oitenta reais e oitenta centavos)** conforme custos unitários apostos na tabela acima.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Foz do Iguaçu/PR e será atendida pelas seguintes dotações:

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



58

- a) 12.003.12.361.0310.2.185.3.3.90.39.00.00 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.
- b) 12.003.12.365.0310.2.184.3.3.90.39.00.00 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Foz do Iguaçu, 1 de junho de 2026.
Datado e assinado digitalmente

Elaborado por:

Fátima Franciella Schons
Secretário de Escola Nível III

Aprovado por:

Joyce Mara Santos da Paz Silveira
Secretária Municipal de Educação

Assinatura OU Ciência de

Magda Corrêa Moraes
Professora de educação infantil III

Danielle Neves Vieira Rodrigues
Professor Educação Infantil – Nível

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

59

ANEXO II – ITENS DA LICITAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNIT.	VALOR TOTAL
01	Seguro de cobertura Responsabilidade Civil Obrigatória - RCO - vigente contra terceiros, passageiros ou não, por danos físicos e materiais, para veículo do transporte escolar da Secretaria Municipal da Educação por período de 12 meses, APP e DMHO, riscos derivados da circulação do veículo segurado e cobertura completa do casco para veículos com capacidade igual ou superior a 11 passageiros, conforme especificações do termo de referência	Serviço	16	R\$ 2.405,05	R\$ 38.480,80 (trinta e oito mil quatrocentos e oitenta reais e oitenta centavos)

Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no Edital e a descrição do objeto constante no SITE COMPRASGOV, 'SIASG' OU NOTA DE EMPENHO, prevalecerá sempre a descrição deste Edital/Termo de Referência.

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



60

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

O MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça Getúlio Vargas nº 280, inscrita sob o CNPJ/MF nº 76.206.606/0001-40, doravante CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Joaquim Silva e Luna e, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxx, com sede à xxxxxxxxxxxxxxxx, doravante CONTRATADA, neste ato representada por xxxxxxxxxxxxxxxx, com CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxx. Considerando, as atribuições legais conferidas ao gestor municipal e, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e, demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Contratual, pelas cláusulas e condições a seguir determinadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento contratual é a *contratação de empresa para prestação de serviço de seguro de cobertura Responsabilidade Civil Obrigatória - RCO - vigente contra terceiros, passageiros ou não, por danos físicos e materiais, para veículo do transporte escolar da Secretaria Municipal da Educação por período de 12 meses, APP e DMHO, para veículos com capacidade igual ou superior a 11 passageiros, conforme especificações do Termo de Referência e demais condições estabelecidas no edital e seus anexos, originando o Pregão Eletrônico nº XXX/2026, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 84422/2026 e seus anexos e Processo Digital nº 23900/2026.*

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Municipal nº 32.398/2024 e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 e suas alterações.

Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição, o Termo de Referência, o ato de autorização; a Proposta da CONTRATADA e eventuais anexos dos documentos supracitados.

Parágrafo Primeiro - Serão incorporadas a este contrato, mediante Termos Aditivos, quaisquer modificações que venham ser necessárias durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATADA, alterações no objeto, especificações, prazos e/ou normas gerais, com as devidas justificativas, em conformidade com os arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo - A assinatura do presente contrato indica que a CONTRATADA possui plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

61

documentos vinculados ao presente, sujeitando-se às normas da lei específica e a totalidade das cláusulas contratuais aqui estabelecidas.

Parágrafo Terceiro - O Sistema Eletrônico Oficial Municipal utilizado para elaboração e validação legal do presente documento é o SISTEMA DE INFORMAÇÕES DIGITAIS (SID). A assinatura eletrônica e a elaboração deste documento estão amparadas pelo Decreto nº 28.900, de 20 de janeiro de 2021; Lei nº 4.536, de 4 de setembro de 2017, que autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo, produzidos nos termos das Leis nº 3.971, de 17 de Abril de 2012 e 4.057, de 19 de Dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL

Pelo objeto deste contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), valor a ser empenhado à(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

a) 12.003.12.361.0310.2.185.3.3.90.39.00.00 - **Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - Fonte 1.104.**

b) 12.003.12.365.0310.2.184.3.3.90.39.00.00 - **Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - Fonte 1.104.**

CLÁUSULA QUARTA - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO e DA LIQUIDAÇÃO

1. Do Recebimento - O recebimento do objeto CONTRATADA ocorrerá da seguinte forma, na hipótese de fornecimento de bens: a) provisoriamente, de forma sumária, pelo fiscal técnico ou fiscal técnico setorial, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais; b) definitivamente, pelo fiscal e gestor ou por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo deverão ser definidos no instrumento convocatório e/ou no contrato.
2. No termo detalhado deverá conter no mínimo as seguintes informações: data e horário do recebimento e/ou da execução dos serviços, quem realizou a entrega, como foi entregue o produto ou prestado o serviço, marca ou modelo, número de série, número do termo do contrato e/ou da nota de empenho, prazo de execução e prazo de vigência do contrato.
3. Sempre que possível, o termo detalhado deverá ser apresentado com fotografias e demais documentos pertinentes.
4. Caso no contrato haja fiscal técnico e administrativo, o termo de recebimento deverá ser subscrito pelos dois de acordo com as competências de cada.
5. A Comissão será designada por no mínimo dois servidores, um deles obrigatoriamente sendo o fiscal técnico do contrato, para os casos de

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273



FOZ
Secretaria da Administração
e Recursos Humanos

Cidade que inspira e trabalha





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

62

- contratações de fornecimento que ultrapassem 10 (dez) vezes o valor no inciso I do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou para os casos de contratações de serviços que ultrapassem 10 (dez) vezes o valor no inciso II do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
6. O objeto do contrato deverá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.
 7. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem à parcela a ser paga
 8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
 9. A CONTRATADA fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
 10. A depender da previsão contratual, não poderá acontecer o recebimento parcial do objeto.
 11. O recebimento provisório poderá ser dispensado nos casos de: I - Aquisição de gêneros perecíveis, alimentação preparada, bem como nos casos de calamidade pública, quando caracterizada a urgência no atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares; II - Serviços e compras até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade. A CONTRATADA fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
 12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços ou fornecimento parcelado até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
 13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
 14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
 15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273



FOZ
Secretaria da Administração
e Recursos Humanos

Cidade que inspira e trabalha





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

63

- execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e conseqüente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
 17. Emitir-se-á o documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
 18. Realizar-se-á a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
 19. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
 20. Comunicar-se-á a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
 21. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e posteriormente para a Seção de Pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
 22. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
 23. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
 24. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato. Liquidação;
 25. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis, nos termos do Decreto Municipal nº 32.398/2024.
 26. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite atualizado de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
 27. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) O prazo de validade; b) A data da emissão; c) Os

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273



PREFEITURA
FOZ
Secretaria da Administração
e Recursos Humanos

Cidade que inspira e trabalha





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

64

- dados do contrato e do órgão contratante; d) O período respectivo de execução do contrato; e) O valor a pagar; e f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
28. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.
29. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
30. A Administração deverá realizar consulta ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
31. Constatando-se, junto ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
32. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
33. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a ampla defesa.
34. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.
35. Prazo de Pagamento - O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do Decreto Municipal nº 32.398/2024.
36. Na hipótese de estado de calamidade, caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.
37. No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



65

38. Após o prazo para pagamento e não tendo ocorrido, deve incidir sobre o valor faturado cláusula de atualização monetária baseada na média aritmética simples do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), proporcional aos dias em atraso, adotando o índice mais favorável à Administração.
39. Forma de pagamento - O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.
40. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
41. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. a) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
42. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contados da formalização de Contrato, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, admitida prorrogação por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço, nos termos do art. 238 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

1. Início da execução do objeto: O prazo para a emissão da Apólice será 48 (quarenta e oito) horas após a assinatura do Contrato;
2. Local e horário da prestação de serviço: Av. Juscelino Kubitschek, 3287 - Vila Paraguaia, Foz do Iguaçu - PR. Devendo a entrega ser agendada pelo e-mail: escolardpge@gmail.com, para dúvidas deve ser contatado o (45) 3308-2020.
3. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
4. Em caso de interesse de renovação na prestação dos serviços, prorrogação de prazo contratual, por parte da contratante, a empresa contratada, tem prazo de 05 dias úteis para responder a esse pleito, podendo ser demandada a partir de 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento da apólice, mediante consulta formal da contratante.
5. No caso de desinteresse de renovação do contrato, prorrogação contratual, a contratada deve se manifestar formalmente, independente de solicitação da contratante em um prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias antes do vencimento da apólice.

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



66

6. É vedado à administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado:
I. Indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADA; II. Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela CONTRATADA; III. Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado; IV. Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos; V. Demandar a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; VI. Prever em edital, exigências que constituam intervenção indevida da administração na gestão interna da CONTRATADA; durante a vigência do contrato, é vedado aa CONTRATADA contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.
7. Em conformidade com o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021, o contrato poderá ser alterado, nas mesmas condições contratuais, para incluir acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado.
8. Cobertura de Seguro Veicular para todos os veículos da frota do transporte escolar da Secretaria Municipal de Educação do Município de Foz do Iguaçu, incluindo ônibus e micro-ônibus, com cobertura para responsabilidade civil obrigatória (RCF-V), acidentes pessoais de passageiros (APP), danos materiais e corporais a terceiros e proteção do patrimônio público.
9. Coberturas mínimas: a) Danos Corporais e/ou Materiais causados a Passageiros, com limite máximo de garantia de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); b) Responsabilidade Civil para Danos Materiais causados a Terceiros não Transportados, com limite máximo de garantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais); c) Responsabilidade Civil para Danos Corporais causados a Terceiros não Transportados, com limite máximo de garantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais); d) Acidentes Pessoais para Tripulantes (Condutor, Cobrador, Funcionário e/ou Guia Turístico), com número de 01 (um) tripulante: limite máximo de garantia de R\$30.000,00 (trinta mil reais) no caso de morte acidental; limite máximo de garantia de R\$30.000,00 (trinta mil reais) para invalidez permanente e limite máximo de garantia de R\$30.000,00 (trinta mil reais) para DMHO (despesas médico hospitalares e odontológicas); e) Acidentes Pessoais para Passageiros (APP), por passageiro: limite máximo de garantia de R\$30.000,00 (trinta mil reais) no caso de morte acidental, limite máximo de garantia de R\$30.000,00 (trinta mil reais) no caso de invalidez permanente e limite máximo de garantia de R\$30.000,00 (trinta mil reais) para DMHO (despesas médico hospitalares e odontológicas); f) A contratada deverá prestar serviços de assistência 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, para veículos, passageiros e motoristas g) A contratada deverá possuir uma representação (corretor de seguros) 24 (vinte e quatro) horas por dia disponível para, em casos de sinistros ou eventuais serviços, prestar apoio/atendimento exclusivo à SECRETARIA CONTRATANTE, durante todo o período de vigência contratual.
10. A contratada será a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à perfeita execução do objeto contratual.
11. A contratada deverá promover, por conta própria, a cobertura, através de resseguro, dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução dos serviços objeto deste.

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



67

12. A contratada deverá assinar o contrato e manter, durante a sua vigência, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a perfeita execução do objeto deste.
13. A contratada deverá garantir a vigência ininterrupta da Apólice Mestra pelo período contratual.
14. Cabe a contratada pagar as indenizações no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da entrega de toda a documentação completa exigida.
15. É de responsabilidade da contratada cumprir os prazos máximos para atendimento de reboque (03 horas) e vistoria (05 dias úteis).
16. Prestar todos os esclarecimentos e informações solicitados pela Contratante, é dever da contratada.
17. A seguradora deve manter durante toda a vigência do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
18. A contratada deve aceitar o endosso de inclusão imediata dos veículos, conforme a estratégia de transição da Contratante, não alegando impedimento à cobertura integral.
19. A seguradora deverá colocar à disposição do contratante, 24 horas por dia, durante 07 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.
20. A central poderá funcionar por e-mail, telefone ou serviço on-line, com acessibilidade em todo o território nacional, da mesma forma deverá disponibilizar igualmente a assistência técnica, incluindo nesta sem custo adicional para o município serviços de chaveiro, socorro mecânico, inclusive em casos de pane elétrica, transporte de passageiros do veículo e/ou hospedagem e guincho para até 1.000 km em caso de pane ou sinistro.
21. A apólice não poderá exigir perfil do motorista que irá conduzir o veículo.
22. A apólice deverá ter início de vigência em 14/05/2026, imediatamente após o término da cobertura vigente, garantindo a continuidade da proteção securitária dos veículos da frota do transporte escolar da Secretaria Municipal da Educação, sem solução de continuidade.
23. Na ocorrência de sinistro, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado. Havendo a necessidade de remoção, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de até 03 (três) horas após o aviso do sinistro.
24. A CONTRATADA deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, assim como as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do mesmo, e as indenizações ou prestações de serviço correspondentes a cada uma das coberturas do seguro, conforme abaixo: a. Roubo ou Furto, bem como os danos causados pela tentativa desses; b. Colisão com o veículo, pessoas ou animais, abaloamento ou capotagem; c. Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiro; d. Queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo; e. Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado; f. Submersão total ou parcial em água doce, proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo; g. Granizo, furacão, terremotos e enchentes; h. Desabamento de árvores, pontes e edificações; i. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, esteve em poder de terceiros;
25. Veículos dentro do prazo de garantia do fabricante, no caso de sinistro de perda parcial, pane elétrica e/ou mecânica deverão ser removidos para concessionárias autorizadas de acordo com o fabricante e quando necessário consertado com peças genuínas.

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

68

26. Veículos fora do prazo de garantia do fabricante, no caso de sinistro de perda parcial, pane elétrica e/ou mecânica deverão ser removidos para concessionárias autorizadas de acordo com o fabricante ou oficinas autorizadas e quando necessários consertados preferencialmente com peças genuínas ou com peças originais homologadas pelo fabricante do veículo.
27. Em caso de sinistro de perda parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo Município de Foz do Iguaçu, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo, o valor da franquia não poderá ser superior a 3% do valor da tabela FIPE do veículo no momento da emissão da apólice securitária.
28. No caso de sinistro de indenização integral, o preço pago deverá ser tomado como base em 100% do valor da tabela FIPE vigente na data da ocorrência sinistro e a indenização ao segurado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
29. A CONTRATADA deverá ainda oferecer coberturas para acidentes pessoais aos ocupantes do veículo para morte e/ou invalidez total ou permanente.
30. Oferecer cobertura completa de vidros laterais, pára-brisa, vidro traseiro, retrovisores externos, faróis e lanternas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA COMUNICAÇÃO E/OU CANAIS DE CONTATO

As partes contratantes acordam que toda a comunicação relacionada à este contrato será realizada por meio eletrônico, através do(s) seguinte(s) endereço(s) de e-mail: xxxxxxxxxxxx, o qual será o meio preferencialmente utilizado para as comunicações dos agentes públicos da Administração Municipal e caso seja alterado o e-mail, o fornecedor contratado ou registrado deverá formalmente comunicar a Administração Municipal por meio de protocolo eletrônico formal.

Caso haja necessidade de comunicação por telefone, as partes deverão entrar em contato através dos seguintes números: xxxxxxxxxxxx.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

69

- execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
 7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
 8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
 9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
 10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
 11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
 12. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
 13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
 14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
 15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
 16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
 17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

70

- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- f) Efetuar o pagamento aa CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- g) Aplicar aa CONTRATADA sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- h) Cientificar o órgão de representação judicial da autoridade competente para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
- i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- j) Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período, nos termos do Art.49 da Lei 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme arts. 117 da Lei nº 14.133/2021 e art. 22, VI do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

1. Gestora do Contrato: Magda Corrêa Moraes.

2. Fiscal do Contrato: Danielle Neves Vieira Rodrigues.

3. O modelo de execução, gestão e fiscalização contratual, além da Lei nº 14.133/2021, deve atender ao Decreto Municipal nº 32.398/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE/REPACTUAÇÃO

- 1. O reajuste será realizado de ofício pelo gestor do contrato, formalizado mediante apostila pela Gerência de Apoio a Licitações do Departamento de Compras e Licitações.
- 2. O índice de reajuste será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em caso de descontinuidade ou substituição do índice adotado, as partes definirão de comum acordo um novo índice oficial, assegurando a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato
- 3. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento e não poderão alterar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.
- 4. A omissão da contratada quanto ao seu direito de pleitear o reajuste, não será aceita como justificativa para o pedido de correção anual de preço com

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

71

efeito retroativo à data a que legalmente faria jus, se não o fizer dentro do primeiro mês do aniversário deste instrumento, arcando esta, portanto, por sua própria inércia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá ceder o presente Contrato a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO E VISTORIA

1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas razões a seguir: não se trata de execução de serviço com dedicação de mão de obra exclusiva.
2. As licitantes interessadas poderão vistoriar os veículos a serem segurados.
3. A vistoria deverá ser marcada previamente por intermédio do telefone (45) 3308-2020, na sede da SMED.
4. O prazo para a marcação deverá ser de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas da data da vistoria e só deverá acontecer até a data anterior à de abertura do certame.
5. Não realizada a vistoria ou não obedecidos os prazos, considerar-se-á que todos os concorrentes aceitaram as condições em que se encontram os veículos.
6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES E DAS PENALIDADES

Caso a empresa contratada não cumpra com as obrigações estabelecidas no Termo de Referência, poderão ser aplicadas penalidades, como multas e extinção contratual.

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, em seu Artigo 155, o licitante/adjudicatário que:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

72

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Ainda:

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração à gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a reincidência de transgressões por parte do CONTRATANTE, levando em consideração todos os atos celebrados com o CONTRATANTE, bem como os danos causados à Administração, observando o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.

Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
3. Quando a não conclusão do contrato, referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:
 - a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 - b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



73

4. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
5. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
7. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
8. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes, do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
 - 8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
 - 8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
 - 8.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
 - 9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 9.3. Indenizações e multas.
10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA SUSTENTABILIDADE

1. A seguradora deverá priorizar a emissão de apólices, endossos, faturas e demais documentos em formato digital, reduzindo o consumo de papel;
2. Disponibilizar canais eletrônicos para comunicação, abertura e acompanhamento de sinistros;
3. Observar a legislação ambiental vigente no exercício de suas atividades administrativas e operacionais;
4. Em caso de indenização por perda total, deverá ser assegurada a destinação ambientalmente adequada dos salvados, conforme normas ambientais aplicáveis;
5. Adotar práticas de governança corporativa e responsabilidade socioambiental compatíveis com as diretrizes de sustentabilidade da Administração Pública;
6. Promover, sempre que possíveis soluções que incentivem a reparação sustentável de veículos, com reaproveitamento responsável de peças e descarte ambientalmente correto de resíduos. Considerando a natureza do objeto (prestação de serviço securitário), não há incidência relevante de critérios relacionados a

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

74

consumo direto de insumos, eficiência energética ou logística reversa pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme o disposto no Art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021, sob pena de extinção contratual e aplicação de sanções administrativas.

O descumprimento da obrigação de manter as condições de habilitação poderá ensejar a aplicação das seguintes medidas, sem prejuízo das demais sanções previstas neste contrato e na legislação vigente:

- I. Advertência e fixação de prazo razoável para a devida regularização;
- II. Retenção do pagamento de faturas pendentes, de forma estritamente proporcional ao débito existente, até a regularização da situação (observados os entendimentos dos órgãos de controle);
- III. Extinção unilateral do contrato por culpa da CONTRATADA, nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE divulgará o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial (Diário Oficial Municipal-DOM) na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



75

Fica eleito o Foro da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato, que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Justas e contratadas firmam as partes o presente instrumento contratual, que será assinado de forma eletrônica e/ou digital, na plataforma disponibilizada pelo município de Foz do Iguaçu, garantida a eficácia das cláusulas, publicado ainda em diário oficial do município, para que produza seus efeitos legais.

Foz do Iguaçu/PR, xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de 2026.

Documento assinado de forma digital/eletrônica, cfe Decreto nº 28.900/2021-PMFI.

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273



Autenticado com senha por JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - 01/06/2026 às 11:41:30 e FABIO DOS REIS FERREIRA - RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - INTERINO - 01/06/2026 às 12:09:56
Documento Código: a35e3b37-7f82-4786-9997-9c4eaa78a2e0 - consulta à autenticidade em
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=a35e3b37-7f82-4786-9997-9c4eaa78a2e0>





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

76

ANEXO IV - DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO

À

Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu

Departamento de Compras

Pregão Eletrônico nº /2026.

A empresa [REDACTED], inscrita no CNPJ nº [REDACTED], por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) [REDACTED], DECLARA, sob as penas da lei:

Que está ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes.

Que se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente Contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.

Que, na execução deste Contrato, nem a empresa nem qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo.

Declaro neste ato que: (a) não violou, viola ou violará as Regras Anticorrupção; (b) tem ciência de que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhece as consequências possíveis de tal violação.

Por ser verdade, firmamos a presente.

Local, *de* *de 2026.*

Nome e carimbo do representante legal da empresa

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273



(45) 99106-7273



PREFEITURA
FZ

Secretaria da Administração e Recursos Humanos

Cidade que inspira e trabalha





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



77

ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROPOSTA COMERCIAL

(em papel personalizado da empresa)

Razão

Social:

CNPJ/MF: IE:

Endereço:

Tel/Fax: CEP: Cidade:

UF: E-MAIL:

Banco: Agência: Conta Corrente nº:

À

Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu

Diretoria de Licitações e Contratos

Pregão Eletrônico nº /2026.

Em atenção ao Pregão em epígrafe, apresentamos nossa proposta comercial para a prestação do objeto, conforme abaixo:

Item	Especificação do Item	Marca/Seguradora	Unid.	Qtde.	Preço Unit. R\$	Valor total R\$
01	Seguro de cobertura RCO + APP + DMHO para 16 ônibus do transporte		Serviço	16		

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273



PREFEITURA
FOZ
Secretaria da Administração
e Recursos Humanos
Cidade que inspira e trabalha





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

78

Item	Especificação do Item	Marca/Seguradora	Unid.	Qtde.	Preço Unit. R\$	Valor total R\$
	escolar - SMED, conforme Anexo I					
TOTAL R\$						

Condições de Pagamento: conforme Edital.

Validade da Proposta: 90 (noventa) dias.

Declaramos que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, impostos de quaisquer naturezas, encargos sociais, comissão de corretagem, prêmio de seguro, fretes e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação do objeto da presente licitação.

Local, de de 2026.

Representante Legal da Proponente

(Nome legível/cargo)

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



79

ANEXO VI – MODELO DE CONVOCAÇÃO DE REMANESCENTES

CONVOCAÇÃO PARA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE EM CELEBRAÇÃO DE CONTRATO

A Secretaria Municipal de Educação, com fundamento no que dispõe o Art. 90, §§ 2º e 4º, da Lei 14.133/21, nos termos do item 15 do Edital, convoca todos os licitantes remanescentes do Pregão Eletrônico n.º /2026 para, em horas, manifestarem interesse na celebração do contrato que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviço de seguro para os veículos do transporte escolar da Secretaria Municipal de Educação do Município de Foz do Iguaçu, pelo prazo de 12 (doze) meses, nas mesmas condições propostas pelo licitante vencedor ou, no mesmo ato, apresentem sua melhor oferta, já acompanhadas de proposta, planilha de custos e documentos de habilitação. Em anexo, seguem o Edital, ata do certame, contrato em rescisão e eventuais apostilamentos e aditivos, se houver, com as informações necessárias para manifestação do interesse.

Foz do Iguaçu, de de 2026.

Pregoeira

UASG 987563/ CNPJ:76.206.606/0001-40 e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com (45) 99106-7273



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO**

Número: **35/2026**

Assunto: **EDITAL DE PREGÃO Nº 35/2026 SEGURO OMIBUS SMED**

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.

Para verificar as assinaturas clique no link:

<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/rp/sidpublico/verificar?codigo=a35e3b37-7f82-4786-9997-9c4eaa78a2e0>

e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação:
a35e3b37-7f82-4786-9997-9c4eaa78a2e0

Hash do Documento

98206BD17BD5B2A0EAAB15D99EDC1966C585464995757822C47FB994C6BBC231

Anexos

CUMPRIMENTO DE DILIGENCIAS.zip - **e8d4fbe6-861b-49cd-a13b-8ddfd7989637**

PA 23900-2026 - PREGÃO INICIAL - SMED - SEGURO VEICULAR.pdf - **f7956d4a-c26e-43e2-a352-a70fb2eb3af8**

EDITAL VERSÃO PARA ASSINAR.pdf - **449e37ba-0f66-40ae-bb1a-cbe504d562eb**

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/06/2026 é(são) :

JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA (Signatário) - CPF: ***89580905** em 01/06/2026 11:41:30 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

FABIO DOS REIS FERREIRA (Signatário) - CPF: ***84037985** em 01/06/2026 12:09:56 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica



A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTES DOCUMENTOS ESTÁ AMPARADA PELO:

DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI Nº 4536, DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo, produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.

